

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

IGOR ESTIMA SARDO

**A CRISE DE 2008 SOB ANÁLISE DAS TRANSIÇÕES DE CICLOS SISTÊMICOS DE
ACUMULAÇÃO DE GIOVANNI ARRIGHI**

Porto Alegre

2021

IGOR ESTIMA SARDO

**A CRISE DE 2008 SOB ANÁLISE DAS TRANSIÇÕES DE CICLOS SISTÊMICOS DE
ACUMULAÇÃO DE GIOVANNI ARRIGHI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Sardo, Igor Estima
A crise de 2008 sob análise das transições de
ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi /
Igor Estima Sardo. -- 2021.
83 f.
Orientadora: Analúcia Danileviz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Teoria de Relações Internacionais. 2. Economia
Política Internacional. 3. História Contemporânea. I.
Pereira, Analúcia Danileviz, orient. II. Título.

IGOR ESTIMA SARDO

**A CRISE DE 2008 SOB ANÁLISE DAS TRANSIÇÕES DE CICLOS SISTÊMICOS DE
ACUMULAÇÃO DE GIOVANNI ARRIGHI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 10 de maio de 2021

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Analúcia Danilevicz Pereira - Orientadora
UFRGS

Professor Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Professor Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
UFRGS

A Antonio Ricardo Nunes Sardo e à Cláudia Silva Estima.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de quatro anos e meio de estudos e pesquisas amparados pela Universidade Pública e pelo Estado brasileiro. Sendo assim, gostaria de agradecer à sociedade brasileira por contribuir, mediante carga tributária, ao desenvolvimento científico e à pesquisa, investimentos de longo prazo do Brasil. Mais especificamente, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por estes cinquenta meses de aprendizado, pesquisa e extensão, e, nesse sentido, estendo meus cumprimentos a todos os professores, servidores e técnicos desta excelente instituição.

Um obrigado especial concedo à prof.^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, a qual me aceitou no Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) em julho de 2018 e desde então me orientou academicamente, sendo uma das poucas professoras a trabalhar com a Teoria do Sistema-mundo na UFRGS. Também devo a ela a possibilidade de trabalhar por dois anos e meio como assistente de edição na Revista Brasileira de Estudos Africanos (RBEA), revisando e traduzindo artigos da vanguarda acadêmica sobre o continente africano. Ademais, agradeço a todos meus colegas do CEBRAFRICA pelo apoio tanto nesta monografia, quanto na RBEA e nas pesquisas do centro.

Mais pessoalmente, gostaria de agradecer a Antonio Ricardo Nunes Sardo e à Cláudia Silva Estima, meus pais, por terem me provido apoio material e emocional ao longo de 21 anos de existência. Agradeço a Davi Estima Sardo, meu irmão, pela parceria de mais de duas décadas. Agradeço a meus amigos próximos que me auxiliaram nestes anos de graduação tanto academicamente quanto emocionalmente: Camila Taís Ayala, Guilherme Geremias da Conceição, Henrique Selmo Rael, Isadora Bortowski Florisbal, João Pedro Mascarello Funck, Josué Hoffmeister de Azevedo, Luana de Meneses Borba e Luiza Ferreira Flores. Finalmente, um agradecimento especial a Rafael Penteadó Klaue, meu amigo há mais de 13 anos, com quem desenvolvi uma amizade semelhante à de Wittgenstein e Sraffa.

“Conjunções o todo e o não todo, o convergente e o divergente, o consoante e o dissonante, e de todas as coisas Um e de Um todas as coisas”
(HERÁCLITO, 1973, fr. 10).

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a Crise de 2008 à luz das etapas de transição de ciclos sistêmicos de acumulação, de acordo com a teoria de Giovanni Arrighi. Portanto, como problema de pesquisa, erige-se a questão de quais seriam as tendências para derrocada do último ciclo analisado pelo supracitado teórico: o norte-americano. Como hipótese à pergunta anterior, coloca-se que a Crise de 2008 seria a crise terminal do mais recente ciclo sistêmico de acumulação, haja vista que a crise sinalizadora deste ciclo já ocorrera em 1973. Para tal, este trabalho fez uso de revisão bibliográfica e análise descritivo-analítica da obra de Giovanni Arrighi e dos eventos históricos que compõem as crises sinalizadora e terminal de cada ciclo analisado, além de suas respectivas hegemonias, por Arrighi, de 1453 até 2008. Conclui-se, ao fim, que as tendências políticas do concerto internacional pós-2008 é caracterizado pela ascensão de um novo ciclo sistêmico de acumulação, dicotômico entre os Estados Unidos e a República Popular da China. Finalmente, esta pesquisa se justifica pela importância do estudo da teoria de Relações Internacionais para melhor compreender as transformações e tendências da Economia Internacional.

Palavras-chave: Ciclos sistêmicos de acumulação. Hegemonias do sistema-mundo. Crises sinalizadora e terminal. Crise de 2008.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the 2008 Crisis in the light of the transition stages of systemic cycles of accumulation, according to the theory of Giovanni Arrighi. Therefore, as a research problem, the question arises of what would be the tendencies for the collapse of the last cycle analyzed by the aforementioned theorist: the North-American. As a hypothesis to the previous question, it is posed that the Crisis of 2008 would be the terminal crisis of the most recent systemic cycle of accumulation, given that the North-American cycle signal crisis had already occurred in 1973. To this end, this work used a bibliographic review and descriptive-analytical analysis of the work of Giovanni Arrighi and the historical events that make up the signal and terminal crises of each cycle analyzed, in addition to their respective hegemonies, by Arrighi, from 1453 to 2008. It is concluded, at the end, that the political trends of the post-2008 international concert is characterized by the rise of a new systemic cycle of accumulation, dichotomous between the United States and the People's Republic of China. Finally, this research is justified by the importance of studying International Relations theory to better understand the transformations and trends of the International Economy.

Keywords: Systemic cycles of accumulation. World-system hegemonies. Signal and terminal crisis. 2008 crisis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação (CSA)	20
Figura 2 - Rotas de comércio de Gênova e Veneza no século XIV	23
Figura 3 - O espaço-de-fluxos genovês, fim do século XVI e início do XVII	28
Figura 4 - Mapa das divisões políticas da Europa no século XVI	33
Figura 5 - O imperialismo europeu no Século XIX	41
Figura 6 - Expansão máxima do campo socialista	49
Figura 7 - Transições hegemônicas e lutas pelo poder entre as nações (reprodução)	70
Figura 8 - Padrão evolutivo do capitalismo mundial	74
Figura 9 - Eixos do poder mundial	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSA	Ciclo Sistêmico de Acumulação
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupos das sete maiores economias pós-1973
G20	Grupos das vinte maiores economias pós-2008
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
RPC	República Popular da China
RI	Relações Internacionais
SFI	Sistema Financeiro Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FORMAÇÃO DO MODERNO SISTEMA MUNDIAL	16
2.1	CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO IBERO-GENOVÊS	22
2.2	CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO HOLANDÊS E A HEGEMONIA DAS PROVÍNCIAS UNIDAS	30
2.3	CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO BRITÂNICO E A HEGEMONIA DO REINO UNIDO	38
3	CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO NORTE-AMERICANO E A HEGEMONIA DOS EUA	46
3.1	A CRISE HEGEMÔNICA NORTE-AMERICANA	50
3.2	A EXPANSÃO FINANCEIRA ESTADUNIDENSE E A DOMINAÇÃO SEM HEGEMONIA DOS EUA	52
3.3	A EXPANSÃO MATERIAL DO LESTE ASIÁTICO E A ASCENSÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	56
4	A CRISE DE 2008	61
4.1	A CRISE SOB PERSPECTIVA COMPARADA	66
4.2	ELEMENTOS DE UMA TRANSIÇÃO	70
5	CONCLUSÃO	78
6	REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

Giovanni Arrighi é um dos principais pensadores da Análise de Sistema-mundo em Relações Internacionais (RI), tendo desenvolvido o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação em suas três obras principais: *O longo século XX* (2013), *Caos e governabilidade no Moderno Sistema Mundial* (2001) e *Adam Smith em Pequim* (2008)¹. A Análise de Sistema-mundo em RI busca entender o concerto de Estados mundial como um sistema regulado pelo acúmulo de capital, pelas cadeias globais de valor, pela troca desigual no comércio, no desenvolvimento econômico e nas finanças internacionais e pela hierarquia de poder entre os Estados no concerto de nações. Ademais, para Arrighi, o Moderno Sistema Mundial, tendo surgido no século XV com a lenta transição entre feudalismo e capitalismo, passou por ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais um Estado, como centro dinâmico, foi capaz de guiar o processo de acumulação de capital (ARRIGHI; BEVERLY, 2001).

Dentro das teorias de RI, a Análise de Sistema-mundo teve um primeiro desenvolvimento teórico com Fernand Braudel, historiador da Escola dos Annales, quem primeiro descreveu as sucessões de hegemonia internacional desde a Modernidade até a Contemporaneidade (BRAUDEL, 1998). Porém, quem inicia a Análise de Sistema-mundo como um método de RI é Immanuel Wallerstein, cientista social, historiador e teórico de RI. Wallerstein resgatou diretamente Braudel para caracterizar o sistema internacional como assimétrico e desigual em função das cadeias globais de valor. Em termos de desenvolvimento econômico, os Estados do concerto de nações estão divididos entre os mais desenvolvidos (o centro), os em desenvolvimento (periferia), e a zona intermediária de Estados que, embora periféricos, seriam candidatos de integrar o centro (semiperiferia) (WALLERSTEIN, 2004).

Não obstante, a Análise de Sistema-mundo se insere em uma tradição maior das humanidades e do conhecimento científico: a Economia Política Internacional. Diferentemente de outras teorias de RI que se assentam na separação entre Estado e economia, como as correntes do Realismo, a Análise de Sistema-mundo surgiu de um entendimento materialista das RI, no qual economia e política estão interligadas, e, igualmente, de um entendimento dialético da Economia Política Internacional, a qual está em permanente mudança (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Arrighi pautou sua obra, neste aspecto, mais no processo de transição e transformação do sistema, uma vez que toda sua coletânea é escrita em um período de turbulência da

¹ As datas em parênteses se referem às referências bibliográficas. Entretanto, a ordem de publicação da primeira edição de cada obra, no idioma original, é, respectivamente, 1994, 1999 e 2007.

hegemonia estadunidense. Neste sentido de transformações, desde o século XIX, o Sistema-mundo torna-se propriamente dito um sistema capitalista e suas mudanças de hegemonia e crises sistêmicas são marcadas igualmente por crises do capital, pressupondo períodos de superprodução e subsequentes períodos de recessão. Sendo assim, Arrighi estabelece as últimas crises do capital, desde o século XIX, como as crises sinalizadoras e terminais de derrocadas de hegemonias e ascensão de novas lideranças. A Longa Depressão de 1873-1896 e a Crise de 1929, por exemplo, foram as crises sinalizadora e terminal da hegemonia britânica - concomitantemente à ascensão norte-americana. A última grande crise analisada pelo autor ocorreu em 1973 após o primeiro choque do petróleo, na qual, depois de 28 anos de incontestada hegemonia, os Estados Unidos (EUA) enfrentaram uma crise de compressão dos lucros, que pôs em xeque sua legitimidade como líder no bloco capitalista. Nas palavras de Arrighi:

Como todos os séculos longos anteriores, o longo século XX compõe-se de três segmentos distintos. O primeiro começa na década de 1870 e se estende até a de 1930, isto é, desde a crise sinalizadora até a crise terminal do regime britânico de acumulação. O segundo vai da crise terminal do regime britânico até a crise sinalizadora do regime norte-americano - uma crise que podemos situar por volta de 1970. E o terceiro e último segmento vai de 1970 até a crise terminal do regime norte-americano. Até onde sabemos, esta última crise ainda não ocorreu (ARRIGHI, 2013, p. 220-221).

Desde a primeira obra seminal de Arrighi, fica patente sua preocupação com a transformação em curso no Sistema-mundo. Os EUA, nos anos 1970, viviam uma crise de credibilidade generalizada, ou seja, uma crise hegemônica. Desde 1945, os EUA lograram se manter como hegemonia capitalista do Sistema-mundo, justo porque, além de serem a maior potência econômica e militar do planeta, conseguiram ofertar bens públicos internacionais que poderiam ser gozados pelos demais Estados do bloco capitalista. É importante frisar, portanto, que uma hegemonia é constituída de coerção e consenso. No entanto, após 1973, os EUA perderam a capacidade de ofertar os bens públicos internacionais que lhe outorgaram a hegemonia do Sistema-mundo. No ponto de vista militar, não conseguiram subjugar um rival materialmente inferior na Guerra do Vietnã. E, no ponto de vista econômico, a partir de 1973, a economia mundial entra em recessão, e os EUA, como subterfúgio à crise, rompem seus compromissos para com o Sistema de Bretton Woods, a fim de não pôr a economia doméstica em uma situação ainda mais recessiva. Fica claro, então, que desde os anos 1970, o Sistema-mundo é um sistema não hegemônico, justo porque, os EUA não proveem os bens públicos que o sistema necessita – entre eles um novo sistema financeiro internacional, semelhante ao de Bretton Woods (ARRIGHI, 2013). Mas, conquanto os EUA não sejam uma hegemonia,

segundo a visão de Arrighi, ainda são a potência dominante no sistema internacional e seu ciclo sistêmico de acumulação ainda persiste, vivendo sua fase de expansão financeira. Neste aspecto, Arrighi (2013) pontua seu interesse ao estudar as transformações históricas do Sistema-mundo:

Nosso interesse primordial nesta investigação histórica do presente e do futuro será fornecer uma resposta ou respostas plausíveis a duas perguntas estreitamente relacionadas: (1) que forças estão em processo de precipitar a crise terminal do regime de acumulação norte-americano, e em que prazo devemos esperar que ela ocorra, de modo que o longo século XX chegue ao fim; (2) que vias de desenvolvimento alternativas estarão ao alcance da economia mundial capitalista depois que o longo século XX houver chegado ao fim? (ARRIGHI, 2013, p. 220).

Desde a última grande crise do capital, em 1973, o sistema financeiro internacional, principal meio de acumulação de capital em escala global, tornou-se instável e impactou uma miríade de países em desenvolvimento, tais como Brasil, Argentina, México, vários Estados do leste asiático, Rússia pós-soviética, entre outros. Estava claro que o mundo em geral viveu, de 1973 aos dias atuais, uma expansão financeira, tal como foi descrito por Arrighi. Enquanto a instabilidade da expansão financeira acometia as pequenas economias em desenvolvimento, o ciclo sistêmico de acumulação estadunidense se mantinha operante, apesar de estar em decadência. Entretanto, em 2008, o centro da economia mundial sofreu uma crise financeira sem precedentes desde 1929, colocando em dúvida a maneira americana de conduzir o mercado e as finanças internacionais (STIGLITZ, 2010).

Neste escopo, o problema de pesquisa deste trabalho identifica-se na tentativa de contribuir no entendimento das possíveis respostas à primeira questão de Arrighi, isto é: seria a crise de 2008 “a crise terminal do regime de acumulação norte-americano”? Como hipótese, sustenta-se que, a partir do legado teórico de Giovanni Arrighi, a Crise de 2008 representou uma etapa da crise do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense e, igualmente, uma interrupção no processo de transição hegemônica, haja vista que o Sistema-mundo ainda opera de maneira não hegemônica. Finalmente, como hipótese suplementar à questão, a crise de 2008, de fato, encerra o regime de acumulação norte-americano, inaugurando um novo ciclo dicotômico entre EUA e República Popular da China (RPC).

Não é intenção deste trabalho verificar todos os impactos econômicos da crise de 2008, tendo em vista que as consequências desta crise ainda levam tempo a se maturar e se alongam por toda década dos anos 2010. O escopo deste trabalho é avaliar a crise de 2008 de maneira comparada às demais crises do capital e aos demais ciclos sistêmicos de acumulação, utilizando-se do aparato teórico-metodológico desenvolvido por Giovanni Arrighi, dentro da Análise de Sistema-mundo. Portanto, o recorte cronológico deste trabalho para se verificar as

tendências políticas de tal crise às transições de ciclos sistêmicos de acumulação se encerra em 2008, ainda que seja feita uma análise das tendências na política internacional pós-2008.

Sendo assim, como objetivo geral, será feita a construção de uma ferramenta de análise a partir dos elementos dos ciclos sistêmicos de acumulação, suas crises, transições e hegemonias, utilizando-se dos conceitos desenvolvidos por Arrighi em suas obras *O Longo Século XX* (2013) e *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial* (2001). A seguir, como objetivo específico, procura-se aplicar tal ferramenta ao caso concreto da crise de 2008, utilizando-se das análises preliminares de Arrighi sobre o início do século XXI em *Adam Smith em Pequim* (2008) e em um breve artigo póstumo *The End of the Long Twentieth Century* (2011), além de literatura especializada sobre o momento da crise e das tendências políticas subjacentes à crise.

Giovanni Arrighi, junto a Fernand Braudel (2009) e Immanuel Wallerstein (2004), é um dos principais teóricos do Sistema-mundo e deixou um importante legado na análise de mudança e transformação dos ciclos sistêmicos de acumulação de capital. O autor veio a falecer em 2009 e não pôde realizar, em vida, uma reflexão detalhada acerca de uma crise premeditada por ele mesmo (HARVEY, 2009). Embora Arrighi e Silver terem examinado a Crise de 2008 de maneira pontual em artigo póstumo (SILVER; ARRIGHI, 2011), este trabalho pretende contribuir para o estudo de um campo ainda em análise, que compreende o estudo do autor, sobre a possível ascensão chinesa e a derrocada do regime de acumulação estadunidense. Não obstante, o estudo acerca da Economia Política Internacional tem sua importância para o desenvolvimento de políticas públicas nacionais, seja política externa e de segurança, sejam políticas macroeconômicas.

O método utilizado neste trabalho é o descritivo-analítico, pois é realizada uma revisão bibliográfica das contribuições de Giovanni Arrighi para a Teoria do Sistema-Mundo e para a Economia Política Internacional, com o objetivo de fundamentar a análise a respeito das crises financeiras internacionais, dos ciclos sistêmicos de acumulação e das transições hegemônicas no Sistema-mundo. Além disso, é feita uma revisão bibliográfica acerca da crise de 2008 e das tendências políticas internacionais pós-2008.

Assim, no capítulo 2 deste trabalho, será abordada a formação do Moderno Sistema Mundial, utilizando-se de conceitos clássicos de Arrighi para compreender a estruturação do Sistema-mundo, tais como hegemonia, núcleo orgânico, ciclo sistêmico de acumulação, bens públicos internacionais, expansões materiais e financeiras, crises sinalizadoras e terminais e transições hegemônicas. Como subseções do capítulo 2, serão apresentados os já encerrados ciclos sistêmicos de acumulação ibero-genovês, holandês e britânico. Na esteira de cada ciclo,

será feita uma breve revisão bibliográfica sobre as raízes e consequências das principais crises capitalistas até 1929, demonstrando causas, tendências e padrões de superação.

No capítulo 3, será abordada o atual ciclo sistêmico de acumulação – o norte-americano – para construir o cenário econômico e político do Sistema-mundo que precedeu a Crise de 2008. Como subseções a este capítulo, serão abordados a crise hegemônica de 1973 dos EUA, a expansão financeira deste ciclo de 1973 até o início dos anos 2000 e o surgimento de novos *loci* de poder e de acumulação de capital no leste asiático, iniciando uma expansão material de um possível novo ciclo. De maneira comparada, finalmente, far-se-á a análise das causas e consequências da crise de 1973 para a hegemonia decadente, bem como compará-la com as crises predecessoras.

No capítulo 4, será analisada a crise de 2008 de maneira isolada em seu momento histórico e de maneira comparada às demais crises do capital desde o século XIX. Assim, far-se-á uma retrospectiva do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano para então concluir que a crise de 2008 representa o momento da insuficiência do regime de acumulação dos EUA, que, no entanto, também representa uma transição para um novo ciclo sistêmico de acumulação dicotômico entre EUA e RPC. Para chegar a tal conclusão, será feita breve análise política internacional do Sistema-mundo. Finalmente, no capítulo 5, será feita uma conclusão a respeito deste trabalho, com os resultados da revisão bibliográfica de Giovanni Arrighi e da análise da crise de 2008 para o Sistema-mundo.

2 FORMAÇÃO DO MODERNO SISTEMA MUNDIAL

Para entender o argumento de Giovanni Arrighi sobre as transformação do Sistema-mundo, as sucessões de hegemonias e de ciclos sistêmicos de acumulação, há alguns aspectos teórico-conceituais a serem analisados:

- a) Ciclo sistêmico de acumulação;
- b) Estado;
- c) Hegemonia;
- d) Núcleo orgânico do Sistema-mundo;
- e) Crises sinalizadora e terminal;
- f) Transição hegemônica.

Estes seis conceitos tentam sumarizar a obra de Arrighi a respeito de toda a história e trajetória do Moderno Sistema Mundial. O primeiro conceito, o ciclo sistêmico de acumulação (CSA), é a ideia central por trás das dinâmicas do Sistema Internacional. Como será visto posteriormente, para além do conceito de hegemonia, as sucessões de CSAs são o verdadeiro movimento da economia internacional desde o século XV. Arrighi deriva seu conceito de CSA da fórmula geral do capital de Karl Marx, haja vista que o Moderno Sistema Mundial surge na esteira do desenvolvimento capitalista. Assim sendo:

[...] a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeira (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário "coloca em movimento" uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário "liberta-se" de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD') (ARRIGHI, 2013, p. 6).

Como fica demonstrado no excerto anterior, todo CSA se constitui de duas fases: uma expansão material, na qual um Estado é capaz de controlar as cadeias globais de valor, ciclos produtivos, cadeias de insumo-produto, comércios de longa distância, redes de firmas, manufaturas e indústrias; e uma fase financeira, na qual o CSA do respectivo Estado se encontra em declínio, justo porque, a classe empreendedora da expansão material saturou as possibilidades de reinvestimento em capital circulante, e há uma forte pressão sobre os lucros -

senão uma queda geral da produção. Nesse intuito, o capital rapidamente flui para o capital portador de juros, isto é, para o sistema de crédito (internacional) (ARRIGHI, 2013).

É importante salientar que ambas as fases podem ocorrer simultaneamente, haja vista que o sistema de crédito, para ser lucrativo, deve financiar uma expansão material alhures, uma vez que o acúmulo de capital ocorre tão-somente na esfera da produção e não na esfera da circulação. Mas tais fases só ocorrem simultaneamente a cada sucessão de CSA, na qual o Estado em declínio financia, quase que involuntariamente, a ascensão de um novo CSA e de um novo Estado líder no processo de acúmulo de capital em escala mundial. Marx já reconhecia essa capacidade de financiamento que o sistema internacional de crédito possuía, “que frequentemente encobria uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo” (MARX, 2017, p. 825) e foi responsável pelo início da expansão material dos:

[...] capitais da Holanda, à qual a decadente Veneza emprestou grandes somas em dinheiro. O mesmo se deu entre a Holanda e a Inglaterra. [...] Um de seus negócios principais, entre 1701 e 1776, foi o empréstimo de enormes somas de capital, especialmente à sua poderosa concorrente, a Inglaterra. Algo semelhante ocorre hoje entre Inglaterra e Estados Unidos (MARX, 2017, p. 825-826).

Algo importante a se notar é o papel do Estado tanto no Sistema-mundo quanto no desenvolvimento do capitalismo e dos CSAs. Na formação do capitalismo, o Estado cumpre o papel decisivo do monopólio do dinheiro, emitindo dívidas, fomentando o sistema de crédito doméstico e garantindo a liquidez nacional mediante uma autoridade monetária e ministérios relacionados às finanças (SWEEZY, 1983). Além, do ponto de vista social, o “Estado é o produto e a manifestação do *caráter inconciliável* das contradições de classe” (LÊNIN, 2017, p. 29, grifo do autor), servindo como amortecedor social e político da luta de classes. Logo, o Estado, em seu sentido abstrato, surge “para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, [assim] tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito” (ENGELS, 2019, p. 157).

Por outro lado, o Estado, como unidade política no concerto internacional, cumpre o papel de organizar a divisão internacional da cadeia produtiva (WALLERSTEIN, 2005). Para a análise de Sistema-mundo, neste contexto, o Estado é fruto das contradições de classe da base material das sociedades. Logo, as RI são uma extensão política da luta de classes. Assim, como representante político de uma classe, o Estado moderno lida com a contradição entre crescimento e sobrevivência. Por um lado, as contradições capitalistas sempre exigirão do Estado a necessidade de se expandir e, por outro, a burocracia racional-legal também deve lidar

com a noção de sobrevivência em meio a um ambiente de competição interestatal. Neste último aspecto relevante à figura estatal, há de se relevar o papel das Forças Armadas, tanto internamente no conflito de classes, quanto externamente na disputa intercapitalista por liderança, dominação e, quiçá, hegemonia (ARRIGHI; SILVER, 2001), justo porque, as Forças Armadas “se reforça[m] à medida que se aguçam os antagonismos de classe dentro do Estado e à medida que os Estados limítrofes se tornam maiores e mais populosos (ENGELS, 2019, p. 158).

Assim, do conceito de Estado é possível abordar a noção de hegemonia no Sistema-mundo para Arrighi. A esse respeito, Arrighi deriva sua definição do clássico de Antonio Gramsci:

[...] a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” e como “liderança intelectual e moral”. Um grupo social domina grupos antagonicos que tende a “liquidar” ou subjugar, talvez até pela força armada; ele lidera grupos aparentados ou aliados (GRAMSCI, 1971, p. 57-58).

Assim, Arrighi chega a uma definição própria de hegemonia no contexto internacional:

[...] quando falamos de liderança em um contexto internacional, o termo [hegemonia] é usado para designar dois fenômenos muito diferentes. Por um lado, é empregado para designar o fato de que, em virtude de suas realizações, um Estado dominante torna-se o “modelo” a ser imitado por outros e, com isso, os atrai para sua própria via de desenvolvimento (ARRIGHI; BEVERLY, 2001, p. 35).

Mais adiante, ele completa:

Por outro lado, o termo liderança é usado para designar o fato de que uma nação dominante conduz o *sistema* de nações em uma direção desejada e, ao fazê-lo, é largamente percebida como buscando o interesse geral. A liderança, tomada nesse sentido, aumenta o poder do Estado dominante e é o que adotaremos como característica definidora das hegemonias mundiais (ARRIGHI; BEVERLY, 2001, p. 35).

No entanto, é importante frisar que, na verdade, hegemonias ao longo da história do Moderno Sistema Mundial, foram a exceção e não a regra. Como será demonstrado adiante, embora a sucessão dos CSAs tenham ocorrido ininterruptamente por cinco séculos, o mesmo não ocorreu em relação às hegemonias deste sistema. A maior parte da história da acumulação de capital do Sistema-mundo ocorreu, logo, em condições não hegemônicas e anárquicas. Uma hegemonia do Sistema-mundo, portanto, é em um momento áureo de um determinado CSA, com relativa harmonia entre as potências capitalistas e com uma liderança clara no concerto de Estados, construída à base de consentimento e coerção (ARRIGHI; SILVER, 2001).

O componente de coerção é facilmente identificável pelas capacidades militares que o Estado dominante possui. Por outro lado, o componente de consentimento pode se dar pelo compartilhamento de um condomínio global de poder e pela oferta de bens públicos internacionais que o Sistema-mundo demanda. Em relação a esse condomínio internacional, Arrighi o conceitua como “núcleo orgânico” do Sistema-mundo. Neste sentido, o núcleo orgânico:

[...] compõe-se de todos os países que, mais ou menos no último meio século, ocuparam sistematicamente as posições mais elevadas na hierarquia global do valor adicionado e, em virtude dessa posição, estabeleceram (individual e coletivamente) os padrões de riqueza que todos os seus governos procuravam manter e que todos os outros governos buscavam atingir. Em linhas gerais, os membros do núcleo orgânico, durante o ciclo norte-americano, foram a América do Norte [EUA e Canadá], a Europa Ocidental [futura União Europeia e Reino Unido] e a Austrália (ARRIGHI, 2013, p. 344).

Em relação aos bens públicos internacionais, a hegemonia deve ser capaz de atender às demandas da economia mundial, fomentando instituições que harmonizem o processo global de acúmulo de capital. Neste tocante, é possível destacar a hegemonia britânica, que proporcionou:

[...] aos governos e comerciantes ocidentais certos “bens comuns”, tais como a proteção do comércio marítimo e o levantamento e mapeamento dos oceanos do mundo. Graças a essa percepção, em vez de inspirar questionamentos, a dominação britânica obteve uma grande parcela de aceitação voluntária entre as nações ocidentais (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 69).

Tais bens comuns, normalmente, se relacionam à formação e à sustentação de instituições políticas que harmonizem o sistema financeiro e o comércio internacionais, além da própria diplomacia entre as nações. Por exemplo, no cenário do início dos anos 2000:

O GATT (Acordo sobre Tarifas e Comércio) foi transformado em OMC (Organização Mundial do Comércio), passando de uma organização com características de fórum, para um com capacidade prescritiva e punitiva. A isso se soma o crescente poder do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do próprio G-7. Juntas, essas instituições revelam-se capazes de orientar a política econômica mundial (VISENTINI, 2015, p. 78).

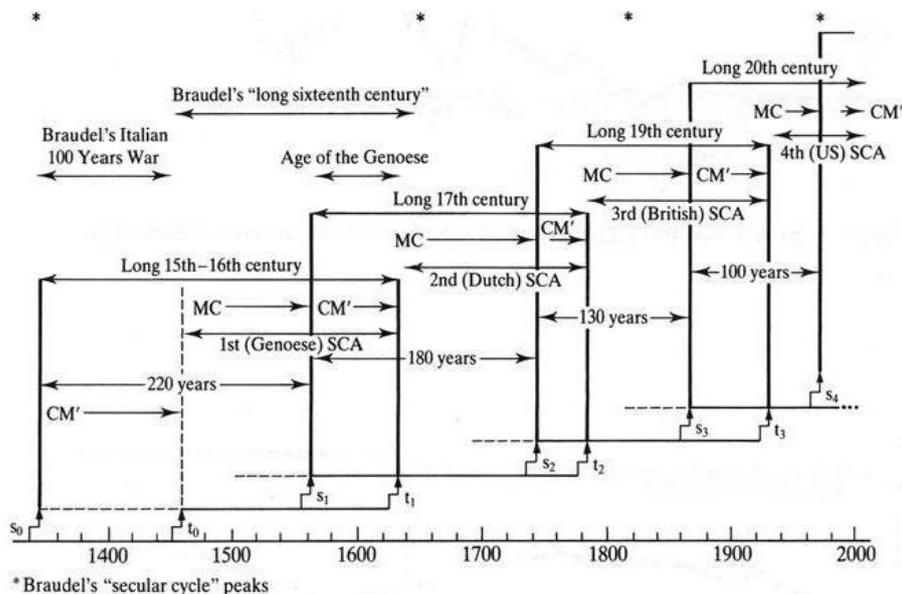
Novamente, é vital reiterar o não vínculo entre um CSA e uma hegemonia. A acumulação de capital é interminável no capitalismo e, logo, as transições de um CSA para outro, desde o século XV, são paulatinas e contínuas, posto em outras palavras, não há período de não acumulação de capital. Entrementes, transições hegemônicas muitas vezes são descontínuas, passando o Sistema-mundo por períodos não hegemônicos. Uma vez estabelecida a diferença entre CSA e hegemonia, assim, chega-se ao ponto central deste trabalho: os

elementos de mudança no sistema internacional, isto é, as crises pelas quais o Sistema-mundo passou desde a formação do capitalismo. As crises dos CSAs são de dois tipos: a crise sinalizadora e a crise terminal de cada regime de acumulação. Nas palavras do autor italiano:

[...] chamaremos o início de cada expansão financeira [...] de ‘crise *sinalizadora*’ [...] do regime de acumulação dominante. [...] Essa crise é o ‘sinal’ de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto, a passagem para as altas finanças previne temporariamente. [...] Chamamos ao evento ou série de eventos que levam a essa superação final de ‘crise terminal’ [...] do regime de acumulação dominante, e consideramos que ela assinala o fim do século longo que abrangeu a ascensão, plena expansão e queda desse regime (ARRIGHI, 2013, p. 220).

É essencial pontuar que Arrighi não faz muitas ponderações a respeito das causas e diferenças entre cada crise em específico. Na verdade, para Arrighi, “o que mais interessa na descrição que Marx apresenta das crises capitalistas não é sua origem, mas suas consequências [...]” (ARRIGHI, 2008, p. 93-94). Neste trabalho, entretanto, será feito um esforço para ampliar a perspectiva de Arrighi sobre o comportamento das crises no Sistema-mundo, e de que como pode ser frutífero explorar as causas e diferenças, em concreto, de uma crise para a outra, a fim de melhor entender as mudanças pelas quais o Moderno Sistema Mundial passou.

Figura 1 - Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação (CSA)



Fonte: Arrighi (2010, p. 220)

Dentro do escopo das transformações do Sistema-mundo, e de acordo com a figura 1, Arrighi (2001; 2013) estabelece quatro CSAs: ciclo ibero-genovês (1453-1648), ciclo holandês

(1581-1784), ciclo britânico (1748-1929) e ciclo estadunidense (de 1870 aos dias atuais). Arrighi assim coloca a sucessão de CSA:

[...] (1) um primeiro período de expansão financeira (que se estende de S_{n-1} a T_{n-1} , no decorrer do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das condições deste último; (2) um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação (que vai de T_{n-1} a S_n), no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial; e (3) um segundo período de expansão financeira (de S_n a T_n), no decorrer do qual as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar (no tempo T_n) o novo regime dominante (ARRIGHI, 2013, p. 219-220).

Finalmente, no que diz respeito às transições hegemônicas, cada ciclo passa por períodos de turbulência e caos sistêmico, no qual seu regime de acumulação é posto em xeque. Entre a crise sinalizadora e a crise terminal - a qual ocorre em etapas também - além da expansão financeira do Estado líder na acumulação, há uma fase de transição hegemônica. Como visto anteriormente, a mudança de um CSA para outro é contínua e sensível, enquanto que as transições hegemônicas são descontínuas e podem ser morosas. Este caráter descontínuo e paulatino das transições hegemônicas se deve pelas reorganizações que ocorrem no Sistema-mundo de ordem político-econômica, reorganizações que exigem dos Estados emergentes a iniciativa de ofertar os bens públicos internacionais que um novo CSA demanda. “Essas reorganizações ocorreram em períodos de transição hegemônica, definidos como momentos de mudança do agente principal dos processos mundiais de acumulação de capital e das estruturas político-econômicas em que tais processos estão inseridos” (ARRIGHI; BEVERLY, 2001, p. 31).

Neste intuito, a seguir, demonstrar-se-á brevemente como se formou o Moderno Sistema Mundial até a contemporaneidade, passando pelo CSA Ibero-genovês (1453-1648) e suas crises sinalizadora e terminal (1557 e 1648), pelo CSA holandês (1581-1784) e suas crises sinalizadora e terminal (1740 e 1784) e pelo CSA britânico (1748-1929) e suas crises sinalizadora e terminal (1873 e 1929) (ARRIGHI, 2013). A princípio, já é importante pontuar dois aspectos na seguinte análise: as peculiaridades de cada crise e de cada fase hegemônica. Os ciclos ibero-genovês e holandês podem ser inseridos no contexto da **acumulação primitiva de capital** e, portanto, suas crises têm um caráter mais circunstancial do que puramente econômico. Entrementes, os ciclos britânico e estadunidense se inserem no contexto do **capitalismo maduro** e, portanto, suas crises são crises próprias do capitalismo e merecem destaque analítico para suas causas e desdobramentos.

Enfim, como se verá adiante, os períodos de hegemonia no Sistema-mundo são a exceção e não a regra - o primeiro CSA, por exemplo, nem sequer desenvolveu uma hegemonia. A hegemonia holandesa, durante o segundo CSA, perdurou de 1648 a 1713, a hegemonia britânica, durante o terceiro CSA, perdurou de 1815 a 1914, e a hegemonia estadunidense, durante o quarto CSA, perdurou de 1945 a 1973. Isto ocorreu, como será abordado adiante, porque uma hegemonia necessita de componentes intangíveis de consentimento das demais nações, e a chave para este consentimento depende, fundamentalmente, da oferta de bens públicos internacionais ao Sistema-mundo (ARRIGHI; SILVER, 2001).

2.1 CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO IBERO-GENOVÊS

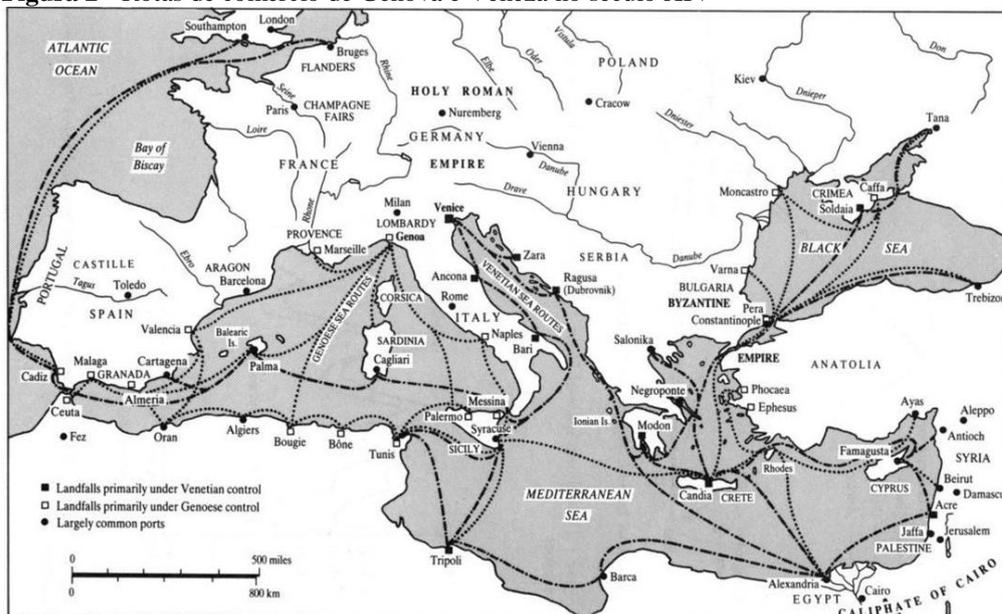
O primeiro CSA do Sistema-mundo é o ciclo ibero-genovês e, apesar de suas particularidades, será muito importante explorar seu desenvolvimento para entender as peculiaridades das transformações que o Sistema-mundo passa no final do século XX e início do XXI. Em uma perspectiva histórica, o ciclo ibero-genovês está inserido no período de crise do modo de produção feudal, da formação dos Estados modernos europeus, do comércio de longa distância e do início da diplomacia moderna e das relações bilaterais (HUBERMAN, 1979; ARRIGHI, 2013).

Na perspectiva deste trabalho, ademais, o primeiro CSA se insere no período da **acumulação primitiva de capital**, uma fase de transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista, resguardando características de cada modo de produção. Esta fase é marcada pela desorganização das relações feudais em várias nações europeias, acirrando a luta entre senhores fundiários e servos, a partir do século XIV. “Uma das modificações mais importantes foi a nova posição do camponês. [...] [O] crescimento do comércio, a introdução de uma economia monetária, o crescimento das cidades, proporcionaram-lhe os meios de romper os laços que o prendiam tão fortemente” (HUBERMAN, 1979, p. 51). Com a expansão comercial, houve um incentivo para o desenvolvimento extensivo das culturas agrícolas na maior parte da Europa, fazendo com que muitos servos conseguissem cultivar sua própria terra. Por um lado, enquanto os senhores feudais não respondiam positivamente ao preço da oferta, os novos camponeses livres sim, ampliando a oferta agrícola (HUBERMAN, 1979). Os efeitos da expansão agrícola logo passaram a se sentir na maioria das grandes cidades europeias com a queda dos preços e a elevação dos juros, o que em parte representava mais um impulso ao comércio:

O melhor indicador dessa recuperação foi a falta de numerário - ouro e prata - que atingiu as relações comerciais na segunda metade do século XV, provocando sua valorização e o aumento dos juros, pois a expansão dos bens e serviços não foi acompanhada por igual expansão dos meios de pagamento. O ouro que os portugueses traziam do Sudão e a prata extraída das minas da Boêmia, no Sacro Império Romano Germânico, não foram suficientes para evitar a deflação, agravada pela compra de produtos orientais com o metal precioso. O quadro monetário seria revertido a partir de 1520, com a entrada em circulação do ouro e da prata retirados da América pela Espanha (WEHLING; WEHLING, 2005, p. 24).

Neste contexto de “expansão dos bens e serviços”, as cidades-Estado do norte da Itália já desempenhavam um papel de entreposto comercial mediterrâneo desde pelo menos os séculos XII e XIII, na esteira das expedições militares dos nobres europeus à Terra Santa. A partir do século XIV com a expansão agrícola, portanto, as cidades-Estado italianas, sobretudo Veneza e Gênova, controlaram o comércio de longa distância por todo Mediterrâneo, fornecendo especiarias, produtos acabados, alimentos não perecíveis e insumos para a maioria dos portos europeus, como mostra a figura 2 (ARRIGHI, 2013).

Figura 2 - Rotas de comércio de Gênova e Veneza no século XIV



Fonte: Abu-Lughod (1989, p. 123)

Contudo, é interessante pontuar que nesta etapa de **acumulação primitiva de capital**, o acúmulo de capital não se deu propriamente na esfera da produção, uma vez que a produção de mercadorias acabadas estava condicionada a métodos artesanais e ineficientes. Embora, de fato, houvesse o crescimento de corporações de ofício e artesanato profissional, não havia livre mobilidade de capital e trabalho, e as firmas não respondiam ativamente às mudanças de preço da oferta. A classe que, realmente, acendeu e lucrou com a expansão comercial foram

mercadores e banqueiros que lograram controlar a oferta e a demanda da circulação de mercadorias, ganhando em cima da diferença entre custo e preço – era, logo, um lucro puramente mercantil. Apesar de Arrighi classificar tais mercadores como capitalistas, por conseguirem extrair mais dinheiro que antes investiram (D-M-D’), esse processo era condicionado pelo controle monopolístico do comércio, e não pela extração de mais-valor (HUBERMAN, 1979). Entretanto, esse primeiro momento de transição ao capitalismo foi crucial para o próprio desenvolvimento do capitalismo, por ter, justamente, acumulado primitivamente o capital necessário para um novo modo de produção (MARX, 2017).

Assim, Gênova e Veneza, por causa de sua posição estratégica como cidades portuárias no meio do Mediterrâneo, aproveitaram a oferta abundante de mercadorias na região do Levante e do Mar Negro para angariar lucros, controlando custos e preços. Na esteira deste processo de expansão comercial, há o primeiro impulso para o CSA ibero-genovês. Incrivelmente, duas derrotas encaminharam Gênova a acumular capital em proporções sem precedentes: o Tratado de Turim de 1381, no qual Veneza derrota militarmente Gênova e lhe toma muitos postos avançados no Mediterrâneo e a queda de Constantinopla em 1453, fechando o comércio livre no Mar Negro, em definitivo, para os mercadores europeus. Assim Arrighi coloca a situação genovesa:

As tendências e acontecimentos, na Gênova da segunda metade do século XIV e do século XV, foram profundamente influenciados por essa compressão das redes genovesas de comércio de longa distância e pela deterioração concomitante da situação de poder da cidade na economia mundial mediterrânea e no sistema das cidades-estados italianas. O rápido fechamento da rota centro-asiática de Gênova para a China, o ataque do poder otomano, veneziano e catalão-aragonês ao comércio de Gênova no Mediterrâneo, a ascensão de cidades-estados poderosas em torno de todos os domínios metropolitanos de Gênova, toda essa configuração de circunstâncias deve ter sido realmente desalentadora para os genoveses. E por certo faz com que pareça sensata a decisão da aristocracia rural genovesa de se afastar do comércio e investir os lucros comerciais em terras, castelos e exércitos na região da Ligúria (ARRIGHI, 2013, p. 118).

Entretanto, este afastamento do comércio é temporário, uma vez que no início do século XV, as finanças genovesas tiveram o incremento da expansão financeira de Florença, aquilo que Arrighi coloca como início do CSA ibero-genovês. Com o auxílio do acúmulo prévio florentino, Gênova estabeleceu um banco de títulos e papéis fiduciários em 1407, a *Casa di San Giorgio* (ARRIGHI, 2013). Este pode ser considerado o precursor dos modernos Bancos Centrais, uma autoridade monetária capaz de gerar crédito, expandir meios de pagamentos, comércio e produção “como num toque de varinha mágica”:

A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro

improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha a necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária (MARX, 2017, p. 824).

Certamente, outro componente muito importante para a geopolítica do dinheiro nas relações internacionais é o estabelecimento de uma autoridade monetária que vise ao crescimento, justo porque tal “dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia” (MARX, 2017, p. 825). Porém, apenas a expansão de crédito não seria suficiente, era necessário encontrar um espaço para investir novos meios de pagamento. No contexto europeu do século XV, grandes unidades políticas se formavam, eclipsando diminutas cidades-Estado: era o início da formação dos modernos Estados-nação. Neste período, península itálica era fragmentada, França e Inglaterra travavam guerras entre si, enquanto que “a Península Ibérica, para os negociantes genoveses, era não apenas a fortaleza natural para onde recuar, mas também o posto avançado natural de onde poderiam partir em busca dos suprimentos de que eles estavam sendo privados” (ARRIGHI, 2013, p. 120).

Portugal e Castela eram os Estados modernos da Europa, à época, melhor consolidados e, ademais, começavam a se lançar ao comércio de longa distância, uma vez que as terras cultiváveis da península ibérica estavam devastadas pelas guerras da Reconquista. Neste âmbito, Gênova não só financia como, igualmente, participa ativamente do comércio de longa distância dos Estados ibéricos. Marca-se, assim, simbolicamente, 1453 como o início do CSA ibero-genovês:

Mais especificamente, afirma-se que a expansão material do primeiro ciclo sistêmico de acumulação (o genovês) foi promovida e organizada por um agente dicotômico, formado por um componente aristocrático territorialista (ibérico) - que se especializou no fornecimento de proteção e na busca de poder - e por um componente burguês capitalista (genovês), que se especializou na compra e venda de mercadorias e na busca de lucro. Essas especializações complementaram uma à outra e seus benefícios mútuos unificaram - e, enquanto duraram, mantiveram unidos - os dois componentes heterogêneos do agente de expansão, numa relação de intercâmbio político em que, por um lado, a busca de poder pelo componente territorialista criou oportunidades comerciais lucrativas para o componente capitalista e, por outro, a busca de lucro por este último fortaleceu a eficácia e a eficiência do aparelho produtor de proteção do componente territorialista (ARRIGHI, 2013, p. 124).

De 1453 a 1557, o CSA ibero-genovês expandiu-se materialmente, controlando o fornecimento de mercadorias do leste asiático e de numerário de ouro e prata da América para toda a Europa. Neste contexto de expansão material, o CSA ibero-genovês se caracterizou pela organização produtiva de corporações de ofício, monopólios de comércio e forte investimento estatal. Esta organização produtiva permitiu que o controle de numerário fosse vital para a

expansão dos bens e serviços sem que a economia europeia entrasse em recessão (WEHLING; WEHLING, 2005). Desta forma, “a Península Ibérica, para a classe capitalista genovesa, era o local mais promissor para encontrar aquilo de que ela mais precisava: sócios ‘produtores de proteção’, eficientes e com iniciativa [...]” (ARRIGHI, 2013, p. 121). Nesse sentido dicotômico, o CSA ibero-genovês se caracteriza pela não internalização dos custos de proteção, uma vez que o modelo político da cidade-Estado era anacrônico em meio a gigantes territoriais (ARRIGHI, 2013).

A partir do século XVI, no entanto, começam a surgir movimentos sociais e políticos que abalam a estrutura do CSA ibero-genovês. A própria ascensão de novas unidades políticas territorialmente vastas e poderosas recrudescem a disputa pelo comércio de longa distância e fazem aumentar o dilema de segurança entre os Estados europeus. Neste contexto, surgem a Inglaterra, a França e a Monarquia Habsburgo como contendores ao domínio ibero-genovês (ARRIGHI, 2013). Ademais, na esfera social, em 1517, inicia-se a Reforma Protestante, um movimento social que tomaria toda a Europa em nome da autodeterminação política dos soberanos ascendentes contrários ao poder estrangeiro do Papa. Apesar de questões litúrgicas, ideológicas e sociais, a Reforma Protestante contribuiu para a legitimação dos soberanos europeus como unidades políticas autônomas e independentes, sobretudo dos príncipes alemães e holandeses na Europa Central e da coroa britânica (BRAUDEL, 1998).

Na esteira da Reforma Protestante, de 1517 a 1555, pulularam uma série de revoltas camponesas e levantes de príncipes alemães contra o domínio do Papa, que era exercido por meio da Igreja de Roma, e por meio do Sacro-Império Romano-Germânico, uma entidade política supranacional², na qual o cargo de imperador era eletivo e disputado entre os soberanos católicos. Em 1519, Carlos V herda três coroas mediante a sucessão dos Habsburgo, tornando-se monarca da Espanha, arquiduque da Áustria e Sacro Imperador Romano. Com a bênção do Papa, Carlos V pretendeu restabelecer o domínio católico nas nações do Sacro-Império Romano-Germânico, realizando uma série de expedições contra a Liga Esmalcalda, uma união efêmera dos príncipes alemães (ARRIGHI, 2013).

Porém, em 1555, Carlos V foi forçado a reconhecer a derrota e, mediante a Paz de Augsburgo, permitiu que a miríade de pequenos Estados alemães estabelecessem sua autonomia política e religiosa frente ao Papa e ao Império. A Paz de Augsburgo foi uma derrota militar para Espanha e um golpe nas finanças de Gênova, uma vez que os derrotados não receberam qualquer indenização. Em 1557, com a inadimplência da Monarquia dos Habsburgo, ocorre a

² Veja o mapa da Europa no século XVII na figura 4, na página 33.

crise sinalizadora do CSA ibero-genovês e início de sua expansão financeira, um período cunhado por Braudel como “era dos genoveses”:

Essa passagem dos *nobili vecchi*, que, em meio à crise, abandonaram o comércio e se tornaram banqueiros do governo da Espanha Imperial, na certeza quase absoluta de que, nesse papel, teriam mais lucro do que prejuízo pecuniário. Essa passagem dos *nobili vecchi* do comércio para as altas finanças é vista por Braudel como o início do que, seguindo Ehrenberg e Felipe Ruíz Martín, ele chamou de “era dos genoveses” (1557-1627). Durante esses setenta anos, os banqueiros mercantis genoveses exerceram sobre as finanças da Europa um domínio comparável ao exercido, no século XX, pelo Banco Internacional de Compensações, na Basileia [...] (ARRIGHI, 2013, p. 128).

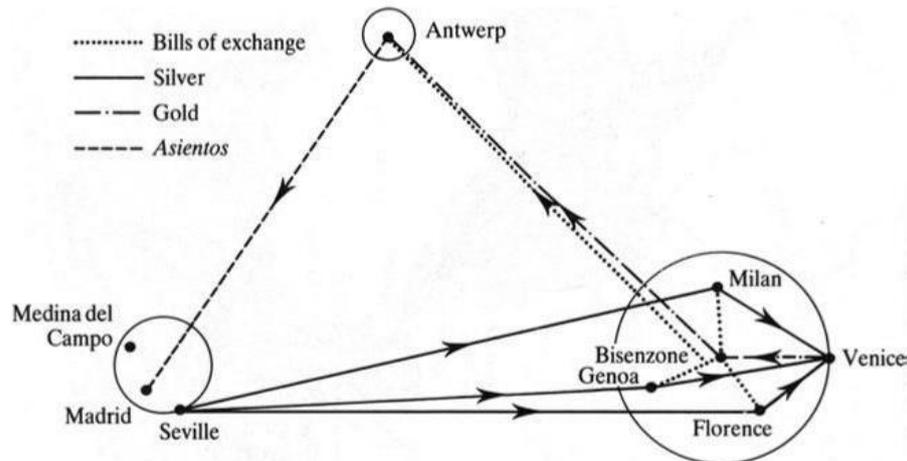
Pode-se, portanto, estabelecer duas causas primordiais para a crise sinalizadora do primeiro CSA: aumento da competição interestatal, com a ascensão de novas unidades políticas no concerto europeu, e a própria instabilidade do sistema financeiro, baseado em conjunturas circunstanciais, quando “a finança deixa de ser sadia para se tornar especulativa” (CORAZZA, 1994, p. 127). Na realidade, o caráter instável das altas finanças perdurará por toda a expansão financeira do CSA ibero-genovês até liquidá-lo no biênio 1647-1648:

Os financistas genoveses que criaram, administraram e lucraram com esse elo sistêmico entre o poder ibérico e o dinheiro italiano foram, por sua vez, afetados por toda uma série de crises - em 1575, 1596, 1607, 1627 e 1647 -, todas as quais tiveram origem na Espanha (ARRIGHI, 2013, p. 128-129).

Assim, de 1557 a 1648, o CSA ibero-genovês viveu seu período de expansão financeira, no qual, apesar de ainda manter atividades mercantis, especializou-se em obter lucro, por meio da extração de ouro e prata nas Américas, empréstimos internacionais e trocas de letras de câmbio e títulos nas feiras internacionais. Desde o início deste CSA, a capacidade de financiamento aos Estados ibéricos foi de suma importância, haja vista que nem Espanha nem Portugal tinham capacidade de poupança suficiente para maturar investimentos privados, ainda que contassem com massivos investimentos estatais (ARRIGHI, 2013). Nesta fase de expansão financeira e relação ainda mais dicotômica do CSA ibero-genovês, a especialização de Gênova nas finanças e da Espanha (a partir de 1580, União Ibérica) na violência é algo digno de nota, como pode se notar pela figura 3 e pelo excerto a seguir:

[...] os genoveses introduziram o sistema de *asientos* - contratos com o governo espanhol que lhes davam o controle quase completo da oferta de prata da América em Sevilha, em troca de ouro e outras “moedas boas” entregues em Antuérpia, que se estava transformando rapidamente no principal centro de operações do exército imperial espanhol (ARRIGHI, 2013, p. 134).

Figura 3 - O espaço-de-fluxos genovês, fim do século XVI e início do XVII



Fonte: Boyer-Xambeau; Deplace; Gillard (1991, p. 328).

Sendo assim, a expansão financeira ibero-genovesa expandiu e manteve a produção e circulação de bens durante a primeira fase da **acumulação primitiva de capital**, porque, segundo Arrighi:

Em 1579, quando as feiras de Bisenzone instalaram-se em Piacenza, no ducado de Parma, estava estabelecido um triângulo rigidamente controlado e altamente lucrativo, através do qual os genoveses enviavam prata americana de Sevilha para o norte da Itália, onde a trocavam por ouro e letras de câmbio, que entregavam ao governo espanhol em Antuérpia em troca dos *asientos* que lhes davam o controle sobre a prata americana em Sevilha (ARRIGHI, 2013, p. 134).

Não obstante, como visto anteriormente, a crise sinalizadora e a subsequente expansão financeira marcam o ocaso de todo CSA, justo porque surge, alhures, uma nova expansão material, financiada pela expansão financeira de um CSA decadente. Neste sentido, Arrighi identifica um CSA holandês, no contexto europeu de 1581:

Com o correr do tempo, não houve virtuosismo técnico dos financistas genoveses que conseguisse neutralizar os efeitos das condições sistêmicas cada vez mais desfavoráveis, que, como veremos, as estratégias de acumulação genovesas mais tenderam a agravar do que a melhorar. O declínio do domínio genovês nas altas finanças europeias, o desgaste progressivo do poder da Espanha Imperial e o rompimento da aliança genovesa-ibérica só podem ser compreendidos no contexto da escalada de lutas competitivas pelo poder que fizeram a fortuna do capitalismo holandês (ARRIGHI, 2013, p. 129).

Em 1566, a Espanha Imperial, reclamando direitos hereditários sobre o território de Flandres³ de cobrar impostos, ocupa o território holandês a fim de, também, controlar os poderosos portos de Amsterdã e Roterdã. A partir de 1581, no entanto, as Províncias Unidas

³ O que hoje compreende aos Países Baixos e à Bélgica (BRAUDEL, 1998).

dos príncipes holandeses lograram emancipar-se *de facto*⁴ do jugo espanhol e iniciaram a ocupar o lugar ibero-genovês em algumas linhas de comércio de longa distância, iniciando sua expansão material e, logo, o CSA Holandês (ARRIGHI, 2013).

Est[a] foi a guerra da independência holandesa [1568-1648], na qual os genoveses deixaram que seus sócios espanhóis travassem a luta na prática, enquanto, nos bastidores, eles se beneficiavam da transformação da prata entregue em Sevilha em ouro e outras “moedas boas”, entregues em Antuérpia, perto do teatro de operações. Sem essa guerra, é provável que não tivesse havido nenhuma “era dos genoveses”. Mas foi essa mesma guerra que acabou por desalojar os genoveses do alto comando da economia capitalista (ARRIGHI, 2013, p. 135).

Enquanto durou, o CSA ibero-genovês legou ao concerto de Estados importantes transformações. Até 1494, imperava nas relações interestatais o Sistema Papal de diplomacia, no qual o Vaticano intermediava as relações entre os soberanos católicos, emitindo bulas, abençoando expedições militares que fossem de interesse da Santa Sé, permitindo evangelização, escravização etc. Este aval da Santa Sé era importante para a legitimação de um soberano uno e absoluto ante a plebe leiga, o clero local e a nobreza da corte, em uma época que o poder público do Estado ainda não estava bem estabelecido. No entanto, a expansão comercial dos Estados ibéricos acabou por tornar-se mais poderosa que o poder atemporal do Papa, e, em 1494, Portugal e Espanha firmaram o Tratado de Tordesilhas sobre a divisão de zonas de influência no comércio global, evitando a mediação papal e inaugurando a diplomacia moderna e as relações bilaterais entre Estados. Novamente, outro fator que auxiliou a minar o Sistema Papal foi a Reforma Protestante, garantindo a liberdade política dos ducados alemães do Sacro-Império Romano-Germânico, da Inglaterra e de outras nações europeias à época (WEHLING; WEHLING, 2005).

Neste sentido de superação do Sistema Papal, fica perceptível por que o primeiro CSA não desenvolveu uma hegemonia, haja vista que as relações entre Estados ainda eram pouco desenvolvidas, e a própria formação do Estado era tanto política quanto religiosamente frágil. Ademais, por se tratar de um CSA dicotômico em que o espaço das expansões material e financeira se deram em duas unidades políticas diferentes, parece evidente que uma hegemonia não possa se desenvolver de maneira concomitante. Embora as políticas externas de Gênova e dos Estados Ibéricos muitas vezes coincidissem, a partir da expansão financeira e das derrotas militares espanholas, as rupturas eram nítidas entre as duas unidades políticas. Uma hegemonia,

⁴ A Guerra de Independência Holandesa, também conhecida como Guerra dos Oitenta Anos, teve duas fases: de 1568 a 1581 ocorreram conflitos no território holandês, com o desfecho da independência *de facto* das Províncias Unidas; e de 1581 a 1648, com conflitos em mar, encerrados com a independência holandesa *de jure* (ARRIGHI, 2013).

portanto, jamais se compartilha. Finalmente, mais um fator decisivo para o não desenvolvimento de uma hegemonia no primeiro CSA é a ausência de consentimento. Ambas as unidades políticas desempenharam papel importante em atender algumas demandas do Sistema-mundo, tais como o controle do comércio de longa distância e a superação do Sistema Papal, mas o fizeram de maneira unicamente coercitiva e sem oferecer nada no lugar (ARRIGHI, 2013).

Antes de se passar ao próximo CSA e à primeira hegemonia do Sistema-mundo, é interessante recapitular as causas das crises sinalizadoras deste CSA. Por ora, parece haver um padrão de, pelo menos, dois fatores: instabilidade inerente às finanças internacionais e aumento das lutas interestatais. Entretanto, tal crise se iniciou de maneira circunstancial, tendo seu fator principal se originado fora da esfera da economia. Conquanto no **capitalismo maduro** também haja circunstâncias que acelerem a erupção da crise⁵, as crises sinalizadoras e terminal possuem causas subjacentes ao próprio processo de extração de mais-valor e inerentes à economia. Nesta fase de **acumulação primitiva de capital**, fica patente o caráter circunstancial das crises econômicas. Para comprovar-se tal tese, ainda resta analisar a transição do CSA ibero-genovês e sua crise terminal, junto à ascensão do CSA holandês.

2.2 CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO HOLANDÊS E A HEGEMONIA DAS PROVÍNCIAS UNIDAS

O CSA holandês começou com a expansão material das Províncias Unidas, iniciada em 1581. A expansão material holandesa teve, por um lado, financiamento indireto da expansão financeira ibero-genovesa e, por outro, se apoiou no monopólio das rotas de comércio do Mar do Norte e do Báltico. Desde o início, a nação holandesa baseou sua riqueza na talassocracia, por ser uma nação naturalmente portuária. Logo, a partir de 1568, com o início da guerra contra os espanhóis, a frota holandesa cresceu em tamanho e em poder (ARRIGHI, 2013).

Quando em 1566, tropas espanholas foram enviadas para ocupar os Países Baixos - basicamente, para impor a tributação -, essa medida teve um efeito adverso. Os rebeldes holandeses fizeram-se ao mar e desenvolveram habilidades extraordinárias, não só na evasão fiscal, mas em impor às finanças da Espanha Imperial uma espécie de arrocho fiscal “invertido”, através da pirataria e da pilhagem. Durante [oitenta]⁶ anos - ou seja, até o fim da Guerra dos Trinta Anos -, as finanças da Espanha Imperial ficaram sujeitas, assim, a uma drenagem importante e crescente, que fortaleceu os

⁵ Um “detonador”, nas palavras de Ernest Mandel (1990, p. 212).

⁶ No original, “oitenta”. Ocorreu um claro erro de tradução da versão inglesa, na qual consta “*eighty*” (ARRIGHI, 2010, p. 135).

rebeldes holandeses e enfraqueceu a Espanha, tanto em termos absolutos quanto em relação a organizações territorialistas subalternas e concorrentes, em especial a França e a Inglaterra (ARRIGHI, 2013, p. 135-136).

É importante reiterar que o término do CSA ibero-genovês ocorreu concomitantemente ao início do CSA holandês – assim como em qualquer outra transição no Sistema-mundo –, porquanto a crise terminal do CSA ibero-genovês ainda estava para ocorrer em 1648, ano do início da hegemonia holandesa. Assim, além do arrocho fiscal invertido aplicado à Espanha, a expansão material holandesa se desenvolveu, ainda no contexto da **acumulação primitiva do capital**, no controle da esfera do comércio, isto é, oferta e demanda de produtos acabados, matérias-primas, alimentos não perecíveis, especiarias, mão de obra escrava etc. (ARRIGHI, 2013).

Ao longo dessas lutas, a fonte primordial da riqueza e poder holandeses foi o controle do abastecimento de cereais e suprimentos navais vindos do Báltico. Esses suprimentos haviam-se tornado absolutamente essenciais para a condução da guerra terrestre e marítima na Europa, em função do esgotamento dos suprimentos concorrentes vindos do Mediterrâneo na primeira metade do século XVI. Quanto mais os holandeses logravam deter o poderio ibérico e arrastar outras nações para o conflito, mais lucravam com o controle do comércio com o Báltico (ARRIGHI, 2013, p. 136).

Novamente, ainda impera a anarquia na esfera da produção, e, assim, o CSA holandês é baseado em ganhos mercantis, manipulando a oferta e a demanda para angariar diferenças entre custos e preços, desta forma, tampouco internalizando os custos de produção, tal como o CSA anterior. Há, entretanto, o início do desenvolvimento de manufaturas nas próprias Províncias Unidas, uma pátria de estivadores, grumetes, estaleiros e portos:

As serras mecânicas, os guindastes para mastros, a fabricação de peças de reposição intercambiáveis e outros dispositivos “de alta tecnologia” permitiram que os estaleiros holandeses produzissem mais, por menor custo e em menor prazo do que os estaleiros de qualquer nação rival (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 50).

Os estaleiros das Províncias Unidas, de fato, transformaram a frota holandesa na mais poderosa da Europa durante todo o século XVII. Este é o primeiro ingrediente para a construção de hegemonia: coerção. Neste sentido, se comparado ao CSA anterior, as Províncias Unidas lograram internalizar os custos de proteção, desenvolvendo uma unidade política que se define entre a cidade-Estado e o Estado-nação, uma república de províncias unidas. O outro ingrediente, o consenso dos demais Estados, foi construído ao longo do século XVII, no decorrer de mais uma competição interestatal no continente europeu, a Guerra dos Trinta Anos. Assim:

A lucratividade do comércio holandês foi determinada por duas circunstâncias principais. Uma foi a intensidade da própria luta europeia pelo poder. Quanto mais

intensa ela se tornava em terra e no mar, *ceteris paribus*, maior era a demanda de abastecimento de cereais e suprimentos navais do Báltico, e maiores eram os lucros auferidos pelos holandeses, em virtude de seu controle monopolista desses suprimentos. Ironicamente, quanto mais os Habsburgos se obstinavam em suas vãs tentativas de usar a prata americana para criar um império mundial na Europa, mais eles enchiam de barras de ouro e prata, inadvertidamente, os cofres de seus inimigos holandeses (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 50).

Desta forma, as Províncias Unidas desempenhavam um papel de distribuidora e de cumprimento de fretes internacionais que nem mesmo o CSA ibero-genovês conseguia competir, justamente porque, em seu fim, acabou se envolvendo mais ativamente nas lutas europeias pelo poder. Neste contexto, a Guerra dos Trinta Anos cumpre importante causa para o fim do CSA ibero-genovês e afirmação do CSA holandês e sua hegemonia (ARRIGHI, 2013).

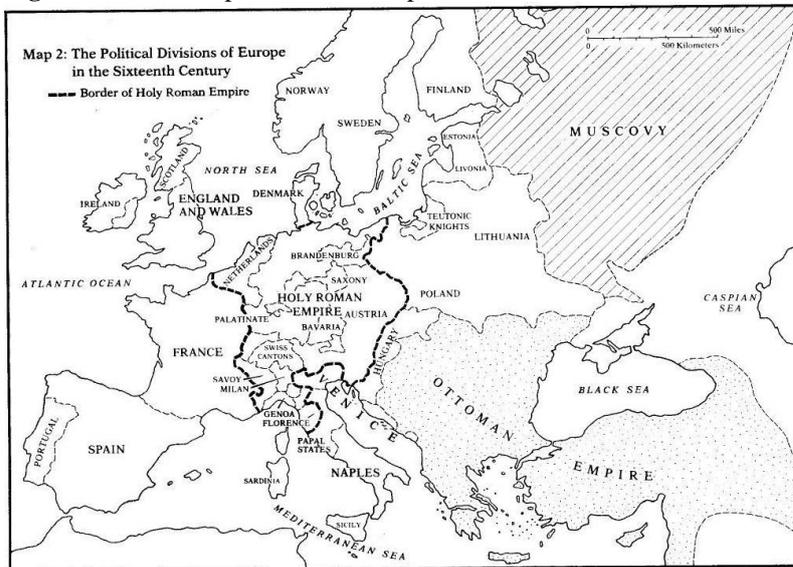
Embora os Estados Ibéricos tenham dirimido o Sistema Papal de relações internacionais, não o substituíram por sistema algum. De certa forma, de 1494 a 1648, a Monarquia Habsburgo (Espanha Imperial e Estados Austríacos) tentou tomar o lugar do Vaticano no concerto europeu. Novamente, a partir de 1618, a Monarquia Habsburgo tenta subordinar os principados alemães do Sacro-Império Romano-Germânico, provocando uma série de guerras pelo controle da Europa Central. Neste sentido, a Guerra dos Trinta Anos se tornou uma guerra europeia contra as pretensões da Monarquia dos Habsburgo (KENNEDY, 1988).

Durante este período, as principais potências europeias (Dinamarca, Império Sueco, Províncias Unidas e França) se uniram contra os Habsburgo em teatros de guerra e períodos de intervenção diferentes. Novamente, a guerra foi a oportunidade perfeita para o enfraquecimento do CSA ibero-genovês e para a transformação de “Amsterdã no principal entreposto comercial e financeiro da economia mundial eurocêntrica” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 51). De 1618 a 1648, as Províncias Unidas derrotaram militarmente a Espanha Imperial em sua guerra particular pela independência *de jure* e forneceram os suprimentos para a guerra das demais potências ao longo de três décadas (ARRIGHI, 2013).

Ademais ao controle comercial de suprimentos, outra característica central de qualquer CSA é o controle da expansão de meios de pagamento por meio de uma autoridade monetária forte. Amsterdã, neste intuito, fundou duas instituições no início do século XVII para financiar sua expansão material: a Bolsa de Valores de Amsterdã em 1602 e o *Wisselbank* em 1609. Por um lado, a Bolsa de Valores de Amsterdã foi a “primeira bolsa de valores com pregão permanente” (ARRIGHI, 2013, p. 142), atraindo a poupança externa de toda a Europa para o financiamento da mais bem sucedida companhia de comércio de longa distância: a Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC, na sigla holandesa). De fato, a VOC e a WIC (Companhia Holandesa das Índias Ocidentais), empresas de capital acionário, se tornaram o

modelo de organização produtiva deste ciclo, superando as corporações de ofício e monopólios de comércio do ciclo passado. Por outro lado, o *Wisselbank* desempenhou “funções típicas dos futuros bancos centrais” (ARRIGHI, 2013, p. 142), expandindo crédito e meios de pagamento das Províncias Unidas.

Figura 4 - Divisões políticas da Europa no século XVI



Fonte: Kennedy (1988, p. 18).

Após as intervenções dinamarquesa e sueca, a Guerra dos Trinta Anos atingiu sua fase final entre 1635 e 1648, com a intervenção francesa. Entrementes as Províncias Unidas providenciavam suprimentos, a França do cardeal Richelieu lutava em duas frentes contra os Habsburgo, ao sul contra a Espanha e a leste contra Viena. Em 1648, com a derrota dos Habsburgo e a Paz de Westfália, marca-se o fim do CSA ibero-genovês, que um ano antes havia enfrentado novamente uma crise de inadimplência nas finanças internacionais (ARRIGHI, 2013). Portanto, trata-se da crise terminal do CSA ibero-genovês, tendo causas semelhantes à sua crise sinalizadora: escalada armamentista e instabilidade intrínseca às altas finanças, além de um fator circunstancial da derrota militar. O ano de 1648, além disto, reafirma o CSA holandês, com a Espanha reconhecendo *de jure* a independência holandesa, iniciando o período da hegemonia holandesa:

Falamos em uma hegemonia holandesa no sistema europeu de Estados soberanos, antes de mais nada, porque os holandeses desempenharam um papel preponderante nas prolongadas lutas que resultaram na fundação formal desse sistema pelos Tratados de Westfália de 1648. Os tratados substituíram a ideia de uma autoridade imperial/papal supraestatal pela ideia de que os Estados europeus formavam um único

sistema político, baseado no direito internacional e [na balança de poder]⁷ (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 49).

Efetivamente, as Províncias Unidas ofereceram bens públicos ao Sistema-mundo, conquistando um pouco de consentimento das demais nações europeias. Estes bens foram o direito internacional, uma rede internacional de frete e comércio e o Sistema Westfaliano, baseado na noção de balança de poder, na qual todos os Estados europeus se reconheciam multilateralmente, cada qual garantindo sua soberania mediante suas próprias capacidades Estatais (ARRIGHI *et al.*, 2001).

Ainda que as Províncias Unidas tenham ofertado bens públicos internacionais ao Sistema-mundo, estes eram de caráter mais político do que econômico, o que faz de seu consentimento menos poderoso que futuras hegemonias. A hegemonia holandesa, na verdade, ainda era muito mais baseada na coerção do que no consentimento. Tal coerção foi muito útil à frota holandesa para manter seu sistema monopolístico de comércio de longa distância. Assim, aqueles que não se submeteram ao transporte e precificação holandeses sofreram com a diplomacia da canhoneira (ARRIGHI *et al.*, 2001). De fato, o caso mais emblemático desta demonstração de poder, porventura, tenha sido o assalto holandês ao Império Português na América, na África e em postos avançados da Ásia, controlando o comércio lusitano de açúcar e escravos (WEHLING; WEHLING, 2005).

Sendo assim, de 1648 a 1713, as Províncias Unidas se consolidaram como a primeira hegemonia do Sistema-mundo. Contudo, neste mesmo período já começam a surgir as contradições que transformaram uma vez mais o Sistema-mundo. Outra consequência da Paz de Westfália foi a ascensão de duas novas potências no concerto europeu: uma potência terrestre, a França de Luís XIV, e uma embrionária potência marítima, a Inglaterra de Cromwell. Espremidas entre duas potências rivais, as Províncias Unidas travaram guerras por mais de cem anos contra a ascensão anglo-francesa (ARRIGHI *et al.*, 2001). Logo durante o processo revolucionário britânico ocorreu o primeiro choque entre as potências navais do Mar do Norte:

A primeira guerra anglo-holandesa (1652-1654) foi travada em resposta às Leis de Navegação da Inglaterra, que almejavam transformar as colônias inglesas em uma área de comércio monopolizada por mercadores ingleses, com isso ameaçando os negócios de transporte e armazenagem holandeses (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 53).

⁷ No original, “no equilíbrio de poder”. Optou-se por substituir por balança de poder para diferenciar do equilíbrio de poderes europeu típico do século XIX, a ser abordado no subcapítulo 2.3.

Esta foi a primeira de quatro guerras anglo-holandesas pela disputa da supremacia naval. Apesar da derrota no primeiro conflito, as Províncias Unidas mantiveram-se como a maior frota militar e mercante da Europa, reiterando sua hegemonia nos posteriores conflitos com a Inglaterra:

A segunda guerra anglo-holandesa (1665-1667) nasceu da disputa pelo controle do tráfico de escravos da África Ocidental. [...]. Numa tentativa de impedir prejuízos maiores, os holandeses arquitetaram então uma aliança com a Grã-Bretanha e a Suécia, com vistas a se opor ao crescente poderio da França. Em 1670, entretanto, Carlos II foi “subornado” por Luís XIV a assinar um tratado secreto de aliança contra os holandeses e, dois anos depois, deu início à [sic] terceira guerra anglo-holandesa (1672-1674), com o objetivo declarado de limitar o transporte marítimo holandês através da criação de postos de pedágio no Scheldt e no Maas (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 53-54).

Após galgar duas vitórias contra a Inglaterra, a animosidade anglo-holandesa se arrefeceu e as Províncias Unidas continuaram sua supremacia naval incontestada até meados do início do século XVIII. No entanto, o que ainda se analisará, doravante, é que nenhuma hegemonia é duradoura, porque todas constituem um modelo a ser emulado. Este fator minou a supremacia comercial e militar holandesa na virada do século XVII para o XVIII. Ficou claro para os soberanos europeus que a chave para o enriquecimento era o controle dos fretes internacionais, mediante a construção de marinhas mercante e militar poderosas, mantendo, assim, superávits na balança comercial. A onda mercantilista dos séculos XVII e XVIII foi, portanto, uma resposta à hegemonia holandesa. O resultado da escalada armamentista europeia teve sua primeira manifestação na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713), a qual se tornou uma guerra por procuração entre a Grã-Bretanha e a França (ARRIGHI *et al.*, 2001). Ainda que a aliança anglo-holandesa fosse lucrativa para as Províncias Unidas, a guerra militarizou a Grã-Bretanha em pé de igualdade com as Províncias Unidas:

Com a assinatura do Tratado de Utrecht, de 1713, a transição da hegemonia holandesa para a britânica entrou em sua segunda fase. Os britânicos haviam suplantado o poderio naval holandês, contido com sucesso o poderio terrestre francês e instituído no continente um equilíbrio de poder que lhes permitiu dominar os mares e o comércio com o mundo extra-europeu (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 57).

Decerto, 1713 marca o fim da hegemonia holandesa, uma vez que não poderia coagir os demais Estados sem se preocupar com outros atores políticos tão poderosos quanto. Ainda que o período hegemônico holandês tenha se encerrado, o CSA holandês ainda vivia sua expansão material, haja vista que as redes de comércio holandesas ainda eram as mais ativas da Europa. Entretanto, de 1713 a 1740 houve um curto período de paz no concerto de nações europeias, o que prejudicou o sistema mercantil holandês, haja vista que este “fora construído através da

guerra [...]” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 59). De fato, as redes de comércio holandesas foram construídas nas dinâmicas belicosas da Europa. A paz, portanto, não era bom negócio aos holandeses:

Em consequência dessa desescalada dos conflitos interestatais na Europa, as Províncias Unidas puderam gozar do mais longo período de paz de toda a sua história. Essa paz em nada contribuiu para diminuir o ritmo da transição da hegemonia holandesa para britânica (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 57).

Neste período de 1713 a 1740, o mercantilismo britânico consegue superar as redes de comércio holandesas em muitos pontos:

Os portos ingleses começaram a desafiar e, em seguida, a suplantar o comércio de entreposto praticado em Amsterdam. Além disso, enquanto as indústrias holandesas perdiam o vigor, as inglesas se expandiam rapidamente, sob o impacto conjunto do comércio triangular do Atlântico e da crescente proteção governamental (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 59).

Ademais ao próprio controle de novas rotas de comércio pela Grã-Bretanha, passa a operar no território britânico uma intensa transformação social e econômica com novos arranjos de manufatura organizada e produção em massa que desencadearam a Revolução Industrial no último quartel do século XVIII. Dessa forma, o “sucesso britânico em sobrepujar os holandeses na expansão comercial ultramarina e na expansão industrial interna reduziu a parcela do comércio de entreposto de Amsterdam e o peso econômico relativo da Holanda na economia mundial eurocêntrica” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 59).

Finalmente, com “a eclosão da Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1748), a transição da hegemonia holandesa para a britânica entrou em sua terceira fase” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 61). A partir de 1740, sem condições de competir com a ascensão industrial e naval britânica, as Províncias Unidas abandonaram o ramo do comércio como principal fonte de riqueza e migraram para as altas finanças internacionais. A crise sinalizadora do CSA holandês de 1740, assim como outras crises da **acumulação primitiva de capital**, tem características muito circunstanciais. Por um lado, de fato, houve uma escalada da luta pelo poder, mas não houve um aspecto de inadimplência. A classe mercantil holandesa, ao perder o monopólio das redes de comércio, somada à “escalada da luta pelo poder, com a conseqüente intensificação da competição interestatal pelo capital circulante, criou condições para uma expansão financeira que ampliou temporariamente a riqueza e o poder holandeses” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 61).

De 1740 a 1784, o CSA holandês viveu seu ocaso, migrando para as altas finanças internacionais, que são naturalmente instáveis e suscetíveis a várias crises de insolvência. Realmente, à “medida que aumentou o número de Estados servidos pelos agiotas holandeses,

Amsterdã passou por uma sucessão de crises financeiras que marcaram sua progressiva substituição por Londres como centro nervoso das altas finanças europeias” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 62). Entre 1756 e 1763, o exagero na concessão de crédito durante a Guerra dos Sete Anos prejudicou o tesouro holandês, e quando, em 1772, uma casa bancária contendo papéis holandeses faliu, mais uma crise financeira abalou o sistema de crédito holandês (ARRIGHI *et al.*, 2001).

Neste contexto, bastava um golpe derradeiro para o fim do CSA holandês, uma vez que suas finanças já não eram sadias, e grande parte de sua expansão financeira pavimentou a expansão material do próximo CSA a ser analisado: o britânico, o qual já havia iniciado, pelo menos, em 1748, após uma vitória militar da Grã-Bretanha na Guerra de Sucessão Austríaca (ARRIGHI, 2013). Em retrospecto, o CSA holandês legou importantes transformações para o Sistema-mundo, como a constituição de uma hegemonia, a balança de poder e o direito internacional. Ademais, em conjunto, os CSAs ibero-genovês e holandês legaram o longo processo de **acumulação primitiva de capital** responsável pela formação do capitalismo no século XVIII. E como pôde ser analisado, na “realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (MARX, 2017, p. 786).

Ao longo de três séculos, o processo de falência das relações feudais desapropriou milhões de camponeses da zona rural, expropriando a classe trabalhadora de seus meios de subsistência, e “a história dessa expropriação [foi] gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2017, p. 787). A falência do feudalismo, as redes de comércio, a dívida pública das autoridades monetárias, o investimento estatal, a extração de minérios para expansão dos meios de pagamento e a transformação tecnológica via conflito militar foram pré-condições essenciais para a formação do primeiro capital a ser aplicado no ciclo organizado de expropriação de mais-valor. Após dois CSAs, a separação dos trabalhadores dos seus meios de subsistência se completa e a luta de classes é travada entre a burguesia ascendente e o proletariado em formação. O CSA britânico é, na realidade, a epítome deste processo (ARRIGHI, 2013).

É importante reiterar a divisão dos CSAs entre as fases de **acumulação primitiva de capital** e de **capitalismo maduro** para melhor entender as dinâmicas de transformação de cada um deles. Como visto até aqui, as crises sinalizadora e terminal de cada CSA tiveram um forte componente circunstancial, alheio à esfera de acumulação de capital. Doravante, o capital ganha vida, porque “a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 667). Ademais, esta diferenciação é importante para pontuar que o capitalismo não se desenvolve como um desejo

individual de ‘homens de negócio’, como se “Direito e ‘trabalho’ [fossem], desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, ‘este ano’” (MARX, 2017, p. 786). O capitalismo é, portanto, fundado em condições pré-existentes, sem as quais, seu desenvolvimento seria impossível. Parafraseando o economista britânico John Maynard Keynes, não é a poupança que possibilitou o investimento, mas sim o investimento que criou condições à poupança (SOUZA, 2009).

2.3 CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO BRITÂNICO E A HEGEMONIA DO REINO UNIDO

A partir de 1748, pode-se afirmar que há início a expansão material do CSA britânico. Desde meados do século XVII, a Inglaterra competia pela supremacia dos mares com as Províncias Unidas. A partir de 1640, inicia-se um processo revolucionário na Inglaterra que aboliu a monarquia inglesa, de maneira efêmera, e pôs os interesses da classe mercantil como prioritários. A primeira atitude nesse sentido foi a aplicação dos Atos de Navegação em 1652, garantindo o Pacto Colonial nas Américas como um meio de financiamento. Mesmo com a restauração da monarquia em 1660, a classe de mercadores ingleses iniciou uma transformação social irreversível (ARRIGHI, 2013). O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas teve mais um impulso ao final do século XVII, quando o “reinvestimento contínuo na marinha foi ainda assegurado pela criação do Banco da Inglaterra, em 1694, sob a égide dos interesses empresariais envolvidos no comércio marítimo” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 56). Decerto, a criação de uma Autoridade Monetária que expandisse os meios de pagamento para fomentar a expansão do comércio é característico de todos os CSAs (ARRIGHI, 2013).

Como visto anteriormente, se na primeira metade do século XVIII a Grã-Bretanha conseguiu equiparar suas frotas mercante e militar à frota holandesa – internalizando custos de proteção –, a partir de 1748 as Províncias Unidas passam a financiar a própria expansão material e comercial da Grã-Bretanha. Na esteira deste financiamento, já fica claro a principal diferença entre o CSA holandês e britânico, porque, enquanto “o entreposto holandês fora primordialmente comercial, o britânico era também um entreposto industrial, a ‘oficina do mundo’” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 70). Esta diferença é caracterizada por Arrighi como a internalização dos custos de produção ao CSA britânico, custos estes que eram externos ao CSA holandês. Além disso, a organização produtiva britânica se baseava em empresas familiares atomizadas em um contexto de concorrência e inovação, diferentemente das empresas de capital acionário das Províncias Unidas (ARRIGHI, 2013). É claro, no entanto, que o desenvolvimento

industrial britânico só foi possível pelas condições de desapropriação dos camponeses e formação de um exército industrial de reserva ao longo de séculos. Tal superpopulação relativa foi importante para submeter trabalhadores a venderem a única coisa que tinham em troca de sobrevivência: sua força de trabalho (MARX, 2017).

Em suma, a hegemonia britânica do século XIX estruturou-se de um modo totalmente diferente da hegemonia holandesa do século XVII. Ambas se basearam em um sistema de comércio mundial centrado no território metropolitano da nação hegemônica. Mas, à hegemonia holandesa, faltaram as bases industriais e imperiais que dotaram a hegemonia britânica de estruturas muito mais amplas e complexas (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 73).

A transição final do CSA holandês para o britânico ocorreu às margens de uma guerra por procuração entre a Grã-Bretanha e a França: a Guerra de Independência das Treze Colônias Americanas, de 1776 a 1783. Durante este conflito, a França e as Províncias Unidas se uniram para enfraquecer a rival britânica. De 1780 a 1784, a Grã-Bretanha combateu a frota mercante holandesa que auxiliava os insurgentes americanos, terminando com a vitória britânica e o completo enfraquecimento das Províncias Unidas na política internacional. No entanto, a “hegemonia mundial britânica só se estabeleceu em decorrência de uma rodada final de luta pelo poder entre Grã-Bretanha e a França” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 65), durante as Sete Guerras da Coalizão (1793-1815), ou também conhecidas como Guerras Napoleônicas.

Com a derrota da França em 1815, após as sete guerras, inicia-se a hegemonia britânica, baseada de maneira equilibrada entre coerção e consentimento. Por um lado, as frotas militar e mercante britânicas eram as maiores do mundo, e por outro, a Grã-Bretanha ofereceu diversos bens públicos internacionais que, de fato, deram muita credibilidade e consentimento ao domínio britânico. Entre estes bens públicos está o Sistema de Viena, baseado na noção de equilíbrio de poderes, no qual, a fim de se evitar uma guerra semelhante aos últimos conflitos na Europa, os poderes europeus deveriam evitar desequilíbrios de capacidades (ARRIGHI *et al.*, 2001). Como bem coloca Arrighi:

Essa anomalia pode ser atribuída a uma diferença política básica entre as estruturas da hegemonia holandesa e britânica. O sistema interestatal criado em Westfália, sob a hegemonia holandesa, era realmente um sistema anárquico, caracterizado pela ausência de um governo central. O sistema interestatal reconstituído em Viena sob a hegemonia britânica, ao contrário, já não foi realmente anárquico. Foi um sistema em que o equilíbrio do poder europeu se transformou, pelo menos durante algum tempo, em um instrumento informal de dominação britânica (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 68).

Outro fato que diferencia a hegemonia britânica é seu caráter capitalista, isto é, Londres agiu ativamente para harmonizar o comércio e as finanças internacionais para tornar as cadeias globais de valor e o processo de acúmulo de capital mais rentável e ampliado em escala mundial (ARRIGHI, 2013).

Com isso, mantendo seu interesse nacional na preservação e consolidação de uma estrutura de poder fragmentada e “equilibrada” na Europa continental, a Grã-Bretanha pôde criar a percepção de que seu poderio mundial esmagador vinha sendo exercido em nome do interesse geral - tanto o interesse de antigos inimigos quanto o de antigos aliados, das novas repúblicas das Américas e das antigas monarquias da Europa. A Grã-Bretanha incentivou ainda mais essa percepção [...] ao proporcionar aos governos e comerciantes ocidentais certos “bens comuns”, tais como a proteção do comércio marítimo e o levantamento e mapeamento dos oceanos do mundo. Graças a essa percepção, em vez de inspirar questionamentos, a dominação britânica obteve uma grande parcela de aceitação voluntária entre as nações ocidentais (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 69).

Além da proteção do comércio internacional, a Grã-Bretanha deu início ao primeiro Sistema Financeiro Internacional (SFI) ordenado, a fim de mitigar problemas com a insolvência das finanças internacionais. A maioria das nações que comerciavam com a Grã-Bretanha, logo, precisaram aderir à taxa de câmbio fixa no comércio internacional, liberar a mobilidade de capitais internacionais e lastrearem suas moedas ao ouro ou à libra esterlina (EICHENGREEN, 2011). A partir deste modelo simples, o impulso de comércio e de investimentos internacionais mundo afora se expandiu largamente. Ademais:

Essa situação foi consolidada pela liberalização britânica *unilateral* de seu comércio, que culminou na revogação da Lei dos Cereais em 1848 e nas Leis de Navegação em 1849. [...] Através dessa política, a Grã-Bretanha barateou o custo interno de certos produtos essenciais e, ao mesmo tempo, forneceu os meios de pagamento para que outros países comprassem seus produtos manufaturados (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 69).

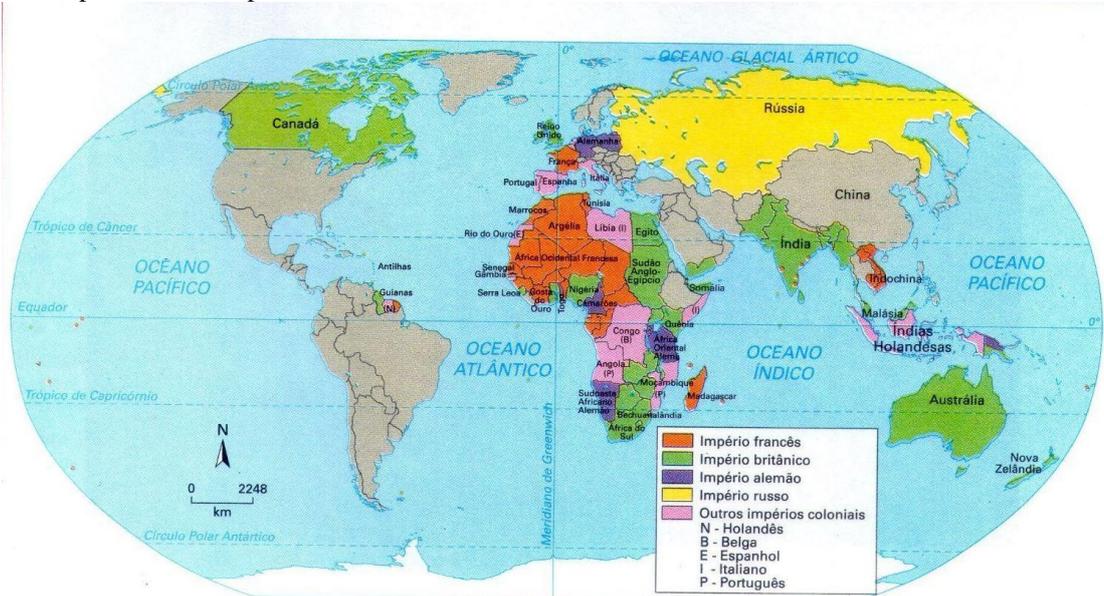
Finalmente, um último elemento de união em torno da hegemonia britânica, evitando guerras europeias, foi a luta contra um inimigo externo comum: a barbárie, ou seja, o mundo não europeu.

A Grã-Bretanha foi a maior promotora e organizadora desse fenômeno inédito, que bem merece, portanto, ser chamado de Pax Britannica. [...], o avesso da paz europeia da Grã-Bretanha foi a série interminável de guerras coloniais que ela travou durante todo o século XIX no mundo não europeu (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 67-68).

No rastro da expansão comercial e industrial pós-1815, a hegemonia britânica, junto a aliados europeus, mundializou as relações capitalistas ao arrastar todas as sociedades pré-capitalistas para se exporem ao comércio e aos investimentos europeus. Durante todo o século XIX, inúmeras guerras, intervenções, colonizações e práticas indiretas de controle político

colocaram a maioria da terra emersa sob a gerência europeia, como mostra a figura 5. Os casos mais emblemáticos do expansionismo europeu talvez sejam as Guerras do Ópio contra a China (1839 a 1860), a Revolta dos Cipayos na Índia (1857) e a Conferência de Berlim para exploração do continente africano (1885) (ARRIGHI *et al.*, 2001).

Figura 5 - O imperialismo europeu no Século XIX



Fonte: Knafou; Zanghellini (1992, p. 136).

O longo *boom* de crescimento pós-1815, porém, foi interrompido pela primeira crise generalizada da produção capitalista: a Crise de 1873, que gerou aquilo que ficou conhecido como a Longa de Depressão de 1873-1896⁸ (HOBSBAWM, 2011). Esta pode ser caracterizada como a crise sinalizadora do CSA britânico que, embora tenha abalado a expansão material deste ciclo, não foi suficiente para abalar a hegemonia britânica. É interessante, no intuito deste trabalho, analisar as causas da primeira crise generalizada do **capitalismo maduro**. Novamente, apesar de a Grã-Bretanha ter estruturado um SFI bem hierarquizado, a liberdade dos capitais internacionais se tornou deletéria, uma vez que “a queda dos preços fundamentalmente [se devia] a uma escassez mundial de ouro, que gradativamente se tornava a única base do sistema mundial de pagamentos” (HOBSBAWM, 2011, p. 69).

Não obstante, outra causa muito relacionada a qualquer crise sinalizadora ou terminal é a escalada da competição interestatal. Arrighi enfatiza que:

Durante a depressão, intensificaram-se as rivalidades entre as grandes potências, surgiram complexos industrial-militares poderosos demais para que a Grã-Bretanha

⁸ Este período recessivo, como será visto mais adiante, também pode ser chamado de Primeira “Longa Retração” (ARRIGHI, 2008, p. 126).

os controlasse mediante sua política tradicional de equilíbrio de poder, e deflagrou-se uma expansão financeira sistêmica centrada na Grã-Bretanha. Essas tendências atingiram o auge na eclosão da Primeira Guerra Mundial [...] (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 74).

De fato, a partir da década de 1870, surgem novos competidores internacionais à hegemonia britânica, tornando o equilíbrio de poderes, antes meramente europeu, em um equilíbrio de poderes mundial. As nações alemãs se unificaram sob a égide de Berlim, o Japão Meiji se tornou um aliado regional europeu na Ásia e, mais importante, os Estados Unidos apaziguaram as contradições de classe após a Guerra Civil Americana (1860-1865) e viviam o início da expansão material do próximo CSA. Finalmente, o que torna esta crise sinalizadora diferente das demais é também seu caráter capitalista, porque, somado as duas causas anteriormente identificadas em outras crises sinalizadoras e terminais, esta crise tem causas subjacentes ao próprio processo de acumulação de capital: é uma crise típica da tendência declinante da taxa de lucro. Isto acontece, porquanto a “taxa de lucro tende a cair no curso do desenvolvimento capitalista porque, como regra geral, a composição orgânica do capital se eleva relativamente de modo mais rápido do que a taxa de mais-valia” (SWEEZY, 1983, p. 123).

A pressão sobre os lucros vinha justamente do aumento da concorrência internacional, do crescimento dos salários e da maturação de investimentos das últimas inovações tecnológicas do século XIX. Como resposta à tendência, as potências europeias buscaram garantir monopólios sobre a oferta de matérias-primas e sobre mercados consumidores, utilizando-se de medidas protecionistas e imperialistas. Houve, de início, um recuo do comércio internacional, mas “após o colapso reconhecidamente drástico dos anos 1870 [...], o que estava em questão não era a produção, mas sua lucratividade” (HOBSBAWM, 2011, p. 66). De fato, após 1870, houve mais uma grande corrida europeia para dividir os últimos espaços de atuação capitalista do mundo, sobretudo na África e na Ásia:

Muitas vezes foi observada a coincidência cronológica entre a Depressão e a fase dinâmica da repartição colonial do planeta. Os historiadores discutem muito até que ponto as duas estão ligadas. [...] Entretanto, não há como negar que a pressão do capital à procura de mercados, contribuíram para as políticas expansionistas - inclusive a conquista colonial (HOBSBAWM, 2011, p. 80).

Neste período de acirramento da disputa intercapitalista, a hegemonia britânica é posta em xeque pela primeira vez na década de 1880, quando o chanceler alemão Bismarck gravita para Berlim o foco da diplomacia europeia. Sua preocupação maior era imitar o equilíbrio britânico para evitar uma eventual desforra francesa após a Guerra franco-prussiana (1870-

1871). “Daí, finalmente, [o] desejo [de Bismarck] de afastar as preocupações francesas da Europa, incitando a França a uma grande política colonial, o que ademais teria a vantagem de inimizá-la com a Inglaterra e a Itália” (DUROSELLE, 1985, p. 38).

Apesar do novo contendor alemão, a hegemonia britânica ganhou um fôlego final, com a superação da depressão de 1873-1896, após as finanças internacionais estabilizarem e novos investimentos de longo prazo em inovações tecnológicas terem surgido no fim do século XIX. Contudo, a essa época, a “Grã-Bretanha já não era a oficina do mundo, e o custo de proteção de seu império ultramarino aumentara drasticamente, sob o impacto dos imperialismos rivais das nações europeias” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 76).

De 1896 a 1914, na expansão financeira britânica, a Grã-Bretanha mantinha sua hegemonia, por ainda conseguir equilibrar as demais potências mundiais e prover ao Sistema-mundo um SFI funcional para acumulação de capital em escala mundial. Mas, de maneira inevitável, a expansão financeira britânica subsidiou a difusão do industrialismo pela Europa, Estados Unidos e Japão, de 1870 em diante. Assim, havia contradições irreconciliáveis no CSA britânico a serem superadas, as quais só seriam resolvidas após mais uma rodada de disputa pelo poder no concerto europeu: a Primeira Guerra Mundial. “Com a chegada da guerra, entretanto, os custos astronômicos destruíram em poucos anos as bases da supremacia financeira britânica” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 82).

O conflito europeu de 1914 representou a impossibilidade do Sistema-mundo aguentar um núcleo orgânico demasiadamente amplo e sem hierarquia. “A Primeira Guerra Mundial praticamente desintegrou as estruturas da ordem mundial oitocentista. A tentativa de restabelecê-las depois do fim da guerra simplesmente acelerou sua derrocada, no início da década de 1930” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 74). Realmente, apesar da vitória anglo-francesa pós-1918, a hegemonia britânica se desvaneceu com a incapacidade de derrotar militarmente o Império Alemão, uma vez que este se rendeu não no teatro de operações da guerra, mas sim por causa da convulsão social que vivia dentro das próprias fronteiras nacionais (KENNEDY, 1988).

Assim, os dois elementos-chave de uma hegemonia se haviam esfacelado no caso britânico: a Grã-Bretanha não possuía mais coerção para fazer valer sua vontade e, mais importante, após a guerra, o SFI implantado pelos britânicos foi desmantelado, enfraquecendo o consentimento do poder britânico. O padrão-ouro se tornou insustentável, a política monetária da maioria das potências se tornou expansionista, as taxas de câmbio passaram a flutuar livremente, dificultando o comércio internacional, e a mobilidade de capitais se restringiu às suas unidades nacionais (EICHENGREEN, 2011). No entanto, ainda faltava uma crise terminal

ao CSA britânico para completar a transição ao próximo ciclo, o qual já vinha iniciando sua expansão material desde 1870: o CSA estadunidense. Logo após a guerra, “a liquidez norte-americana ficou livre para conceder empréstimos domésticos e no exterior em escala maciça” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 83), reforçando o deslocamento do núcleo dinâmico do capitalismo.

Mesmo durante a guerra, os EUA já se encaminhavam para se tornarem um ator político de relevância mundial, maiores do que a Grã-Bretanha. Assim demonstra Arrighi:

Quando o crédito da Grã-Bretanha aproximou-se do esgotamento, os Estados Unidos jogaram seu peso econômico e militar na luta, fazendo a balança pender para o lado dos devedores. Com isso, a Grã-Bretanha tornou-se apenas mais um participante dos mecanismos do equilíbrio de poder europeu, passando os Estados Unidos a serem o participante decisivo (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 86-87).

Enfim, antes de se analisar o fim do CSA britânico e a emergência do último CSA até a contemporaneidade, importa recapitular o legado da hegemonia britânica ao Sistema-mundo e os aspectos de suas crises. O CSA britânico desenvolveu a primeira hegemonia propriamente capitalista, provendo ao Sistema-mundo o bem público internacional mais demandado pelo capitalismo: um SFI regulado. Por outro lado, uma hegemonia não se sustenta apenas de consentimento, uma vez que os Estados que não se adequaram ao jugo britânico, também sofreram da diplomacia da canhoneira. O caso mais marcante, além das inúmeras guerras no mundo não europeu, talvez tenha sido a Guerra da Crimeia (1853-1856), quando o expansionismo territorial russo foi contido por uma coalizão anglo-francesa (ARRIGHI *et al.*, 2001).

No entanto, o aspecto legado pelo CSA britânico mais importante, certamente, foi o desenvolvimento do capitalismo não só na Grã-Bretanha, mas em escala mundial. Até o CSA holandês, os ganhos de capital eram extraídos na circulação de mercadorias, contudo, “o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela” (MARX, 2017, p. 240). Ao analisar-se o CSA britânico, deixamos “essa esfera rumorosa, onde tudo se passa à luz do dia, ante os olhos de todos, e acompanh[a]mos os possuidores de dinheiro e de força de trabalho até o terreno oculto da produção, em cuja entrada se lê: *No admittance except on business*” (MARX, 2017, p. 250).

Diferentemente do simples controle das redes de comércio, o capitalismo tende sempre a expandir e crescer, extraindo mais-valor da exploração do trabalho, na qual a “produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2017, p. 695). Assim, as crises sinalizadora e terminal dos CSAs anteriores perdem seu caráter

meramente circunstancial e ganham vida com o capital, em constante expansão até o ponto de saturação e subsequente momento de crise. Como foi visto, o CSA britânico passou por uma crise de compressão dos lucros como sua crise sinalizadora, de 1873 a 1896. Junto a este elemento tendencial do capitalismo, a competitividade interestatal pelo capital circulante aumenta até o ponto de deflagração do conflito em 1914 e, assim, sem mais condições de coerção e consentimento, a hegemonia britânica se esvai (ARRIGHI *et al.*, 2001). De 1918 a 1929, o CSA britânico ainda sobrevive devido à fuga do capital inglês às altas finanças. Contudo, como será analisado a seguir, basta mais uma crise para encerrar a transição entre o CSA da Grã-Bretanha e o dos EUA.

Desta forma, conclui-se a reconstituição histórica de mais de quatro séculos da formação do Moderno Sistema Mundial, iniciada com a expansão material ibero-genovesa em 1453, e, chega-se, portanto, ao início do CSA estadunidense em 1870, a qual será analisado a seguir, junto às subsequentes expansões financeira dos EUA e material do Leste Asiático, eventos que construíram o cenário para a crise de 2008. É importante reiterar que todo o esforço de revisão bibliográfica acerca das transições de CSAs e suas crises sinalizadoras e terminais auxiliarão no processo de identificar os elementos de mudança na conjuntura do Sistema-mundo após a crise sinalizadora do CSA norte-americano de 1973, que levaram à conjuntura da crise de 2008, a última crise generalizada da produção capitalista.

3 CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO NORTE-AMERICANO E A HEGEMONIA DOS EUA

A partir de 1870, inicia-se a expansão material dos EUA, e com isso, o último CSA analisado por Arrighi: o ciclo norte-americano. Tal ciclo se inicia em 1870 uma vez que o “Sistema Continental norte-americano realmente integrado só se materializou depois que a Guerra Civil de 1860-1865 eliminou todas as restrições políticas às inclinações dos interesses industriais nortistas para a geração de uma economia nacional” (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 87). De fato, desde a independência das Treze Colônias Americanas até meados da década de 1850, sempre houve uma disputa entre os interesses de uma classe manufatureira-fabril ao Norte e de uma classe latifundiária escravocrata ao Sul. De um lado, o trabalho assalariado, a proteção à indústria nascente e a federação, e, de outro, o trabalho escravo, o livre-cambismo e a confederação. Progressivamente os interesses do Norte se sobrepuseram aos do Sul no chamado sistema norte-americano de manufatura:

[...] a ideia de um “sistema norte-americano” está tão estreitamente associada ao programa protecionista proposto por Henry Clay em seu discurso de 1824 sobre as tarifas, proferido na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, quanto ao “sistema de fabricação norte-americano”, característico dessa nação, que emergiu na produção de armas de pequeno calibre e de outros artefatos produzidos por máquinas (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 87).

Desde 1789, o Tesouro Americano emitiu títulos da dívida pública, assim, fomentando expansões de meios de pagamento e, por conseguinte, da produção e do comércio. A partir da década de 1870, em seguida ao início da expansão material estadunidense, a expansão financeira britânica de 1873 financiou e deu fôlego a inúmeros investimentos fabris nos EUA. Logo o capitalismo norte-americano foi capaz de internalizar os custos de transação à sua organização produtiva, superando as empresas familiares do capitalismo britânico e dando origem a grandes corporações verticalmente integradas que, no século XX, se tornaram as primeiras multinacionais do mercado mundial. Além destas novas poderosas corporações, outro impulso à expansão material do CSA norte-americano foi a guerra na Europa a partir de 1914, quitando as dívidas dos EUA com seus parceiros europeus, provendo suprimentos e provisões para os aliados da Entente, aumentando a liquidez e o crédito estadunidense e, logo, se tornando o fiel da balança para decidir o desenlace do conflito (ARRIGHI *et al.*, 2001).

A Primeira Guerra Mundial simplesmente transformou essa supremacia regional em um instrumento de dominação global, a princípio pela redistribuição maciça de recursos da nação hegemônica em declínio para a que estava em ascensão,

redistribuição causada pela venda de suprimentos de guerra (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 88).

A partir de 1918, como foi visto, a hegemonia britânica era insustentável e sua expansão financeira atingiu seu último estágio até encerrar-se com a crise de subconsumo em 1929, representando, desta forma, sua crise terminal. Novamente, é interessante notar as peculiaridades desta crise. Diferentemente da última, não havia pressão sobre os lucros da classe capitalista nos EUA, pelo contrário, havia abundância de poupança e crédito barato, porém tendência à superprodução de mercadorias invendáveis e, assim, ao subconsumo. Sendo assim, esta “crise é facilmente atribuível ao que chamamos de desproporção entre os vários ramos da produção, desproporção esta que por sua vez tem raízes no caráter anárquico, não-planificado, da produção capitalista” (SWEEZY, 1983, p. 130). Infere-se, portanto, que o capitalismo tem dois tipos de crise: de compressão dos lucros e de subconsumo, sendo a primeira aplicável a depressão de 1873-1896 e a última aplicável a 1929 (SWEEZY, 1983).

As poupanças acumuladas numa sociedade rica favorecem uma “demanda por liquidez”, da moeda por ela mesma, que perturba o financiamento dos investimentos e faz prever uma demanda fraca. Quando os empresários comparam as rentabilidades dos projetos de infraestrutura com as taxas de juros que estão amplamente ligadas à “preferência pela liquidez”, eles podem eventualmente renunciar a certos investimentos. A sociedade rica entra então numa depressão cumulativa e crônica, sem perspectiva de reerguimento a longo prazo (GAZIER, 2019, p. 101).

Ademais, outros componentes típicos podem ser atribuídos a este momento de crise terminal do CSA britânico: o aumento do protecionismo internacional e da competição intercapitalista, ocasionada pelo desequilíbrio de poder pós-1918, e instabilidades inerentes à financeirização, entre elas o retorno paulatino e desequilibrado ao padrão-ouro. Desde o fim do conflito em 1918, o mercado mundial ainda não se havia reestruturado e a concentração de liquidez no mercado estadunidense gerou condições para uma bolha de crescimento desenfreado. Some-se a isso a instabilidade da mobilidade de capitais internacionais e há uma crise de subconsumo. Os reflexos do exposto podem se sentir na própria economia norte-americana:

Primeiro, à economia americana nos anos 1920 faltava diversificação. O crescimento econômico dependia desproporcionalmente de poucas indústrias, como a automobilística e a da construção civil. Quando as vendas nesses setores diminuíram, o resto da economia não conseguiu compensar. Segundo, a distribuição altamente desigual da renda significava um mercado de consumo truncado. Terceiro, bancos dependiam de muitos empréstimos feitos por fazendeiros, negociantes e países estrangeiros e, quando a economia tombou, os devedores não conseguiram pagar, causando uma reação em cadeia de falências econômicas (PURDY, 2018, p. 206).

Os efeitos da crise encaminharam rapidamente para o recrudescimento da disputa mundial pelo equilíbrio de poderes, no que se traduziu na Segunda Guerra Mundial. O conflito mundial recuperou o emprego e a lucratividade da indústria norte-americana e, após a derrota militar da Alemanha e do Japão, e o enfraquecimento das rivais Grã-Bretanha e França, os EUA acendem como hegemonia do Sistema-mundo em 1945 (ARRIGHI *et al.*, 2001).

Esse confronto logo se traduziu na criação de uma nova ordem mundial - uma ordem já então centrada nos Estados Unidos e organizada por eles. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, os contornos principais da nova ordem já se haviam configurado: em Bretton Woods estabeleceram-se as bases de um novo sistema monetário; em Hiroshima e Nagasaki, novos recursos de violência demonstraram os alicerces militares da nova ordem; em São Francisco, novas regras e normas para legitimar a condução do Estado e da guerra foram explicitadas na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 90).

Notavelmente, além de capacidades de coerção inéditas como um arsenal nuclear, a hegemonia estadunidense soube prover os bens públicos internacionais que o Sistema-mundo capitalista demandava desde 1918: um equilíbrio de poderes mundial centrado na ONU e no Conselho de Segurança e um novo e regulado SFI centrado nos acordos de Bretton Woods e em suas instituições, sobretudo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável por manter a estabilidade monetária internacional. Mais importante para a acumulação de capital em escala global, o Sistema de Bretton Woods restabeleceu o padrão-ouro lastreado ao dólar, taxas de câmbio fixas ao dólar para fomentar o comércio internacional, autonomia de política monetária aos Estados-parte do Sistema e restrição de mobilidade de capitais internacionais para evitar a instabilidade das altas finanças. Ao sistema somou-se um acordo de derrubada das tarifas ao comércio internacional muito semelhante à política britânica de 1848: o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) (ARRIGHI *et al.*, 2001).

O Sistema de Bretton Woods, de 1945 a 1971, foi o grande elemento de consentimento da hegemonia estadunidense. Tal sistema se baseou nos ensinamentos da crise de 1929 e do *New Deal* da década de 1930, no qual a autonomia de política monetária poderia ser usada a favor da estabilização do crescimento:

O objetivo estatal passa a ser o pleno emprego, e a tarefa dos poderes públicos é sustentar uma situação constantemente próxima do *boom*, utilizando sobretudo três meios: primeiro, déficits orçamentários que injetam recursos no circuito e reanimam diretamente a atividade; segundo, uma política de baixa taxa de lucro, evitando as restrições monetárias; por fim, uma política de redistribuição que privilegie o poder de compra das camadas menos favorecidas, que têm uma forte “propensão para consumir” e poupam pouco - o que justifica os sacrifícios de proteção aos desempregados e de construção da Previdência Social (GAZIER, 2019, p. 102).

material ininterrupto de 1945 a 1973, permanecendo a hegemonia do CSA norte-americano inconteste. Entretanto, como também visto anteriormente, o capitalismo não pode se manter por longos períodos de expansão, estando sujeito a crises de compressão dos lucros e de subconsumo:

O resultado desse incentivo e organização foi uma nova expansão do comércio e da produção mundiais - a chamada Era Dourada do Capitalismo das décadas de 1950 e 1960. Como as expansões análogas ocorridas sob as hegemonias britânica e holandesa, também essa expansão terminou em uma crise hegemônica. Quando ficou claro, por volta de 1970, que o exército norte-americano estava a caminho de uma derrota humilhante no Vietnã e que o sistema monetário norte-americano, controlado por Bretton Woods, estava prestes a entrar em colapso, a hegemonia dos Estados Unidos entrou em uma crise prolongada - uma crise que, apesar dos problemas ainda maiores e do colapso da URSS, ainda não se resolveu (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 97).

Sendo assim, chega-se ao cenário que levou à instabilidade financeira do início do século XX e, portanto, da crise de 2008, isto é, da crise sinalizadora do CSA norte-americano de 1973. De fato, a crise de 1973 leva a um quadro geral de expansão financeira do CSA estadunidense, ao aumento da instabilidade das altas finanças internacionais e, mais importante, ao surgimento de novos *loci* de poder e de acúmulo de capital às margens da expansão financeira dos EUA. A seguir, analisar-se-ão as duas pontas do processo que levou ao cenário pré-2008: a expansão financeira dos EUA – e sua crise hegemônica – e a expansão material do Leste Asiático (ARRIGHI, 2008).

3.1 A CRISE HEGEMÔNICA NORTE-AMERICANA

O grande *boom* da economia mundial pós-guerra começou a enfrentar pressão sobre a taxa média de lucro a partir de 1968. A pressão ainda era tolerável, mas os sintomas já eram sentidos em uma retração no crescimento da capacidade produtiva em 40% (ARRIGHI, 2008, p. 113). Novamente, o centro dinâmico do Sistema-mundo tinha de enfrentar a ascensão de competidores capitalistas tão dinâmicos quanto: os milagres alemão e japonês, financiados pelo próprio capital norte-americano, passaram a rivalizar com os EUA no mercado mundial. Concomitante a esse crescimento de rivalidade, os EUA enfrentavam dificuldades em financiar a Guerra na Indochina desde 1965, incorrendo em déficits orçamentários que puseram em xeque o dólar lastreado em ouro. Finalmente, o sintoma clássico de qualquer crise do Sistema-mundo se manifesta: com a depreciação do dólar causada pelos déficits orçamentários, os compromissos do Sistema de Bretton Woods foram suspensos a partir de 1971, reiniciando a instabilidade inerente às finanças internacionais (ARRIGHI, 2008).

Todos estes fatores, contudo, compuseram o pavio multicausal da crise de 1973 e da “recessão generalizada de 1974/75 [que] é uma crise clássica de superprodução” (MANDEL, 1990, p. 23). O momento de *boom* de qualquer período da economia capitalista é insustentável e os elementos de sua crise – suas contradições – se manifestam, como de costume, na esteira de seu desenvolvimento:

- a) a difusão do crescimento e aumento das rivalidades intercapitalistas;
- b) elevados custos de uma política externa e de segurança;
- c) problemas de solvência e liquidez nas altas finanças.

Finalmente, após a retirada unilateral do dólar do padrão-ouro, ainda faltava um acontecimento detonador para pressionar os lucros ainda mais para baixo. Em 1973, os contratos fixados em dólar dos maiores produtores de petróleo – a maioria deles cartelizados na Organização dos Países Exportadores de Petróleo – expiraram, e estes elevaram o preço do combustível em 400% em dezembro de 1973 (VIZENTINI, 1992). Em síntese:

O desgaste americano na Indochina refletiu-se nos preocupantes déficits orçamentários surgidos a partir do auge do conflito. Para enfrentar o problema, Nixon decretou em 1971 a inconvertibilidade do dólar em relação ao ouro. A medida, aparentemente técnica, tinha um significado político e econômico sério. Simplificadamente falando, o dólar inflacionava-se ao ser emitido em maior quantidade para cobrir o rombo orçamentário, o que depreciava as exportações do Terceiro Mundo, valorizava as americanas e dava início a uma inflação mundial. Esse foi o ponto de partida da crise econômica mundial do capitalismo, e não o que ocorreu em seguida. Para reagir a essa situação, o cartel dos exportadores de petróleo (OPEP) aumentou significativamente o preço do produto em 1973, na esteira da Guerra do Yom Kippur (VIZENTINI, 1992, p. 12).

Desta forma, após o longo período de crescimento de 1945 a 1971, sustentado em boa medida pelo regulado Sistema de Bretton Woods, entre “1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu a sua primeira recessão generalizada desde a II Guerra Mundial, sendo a única, até então, a golpear simultaneamente *todas* as grandes potências imperialistas” (MANDEL, 1990, p. 9, grifo do autor). No entanto, é vital reiterar o caráter propriamente capitalista desta crise, dentro do período do **capitalismo maduro**, uma vez que a “recessão de 1974/75 é a *conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros*. Tal queda é claramente *anterior* ao encarecimento pronunciado do petróleo depois do desencadeamento da Guerra do Yom Kippur” (MANDEL, 1990, p. 23, grifo do autor). A tendência natural à queda da taxa média de lucros aumentou durante o período 1945-1971 pelos ganhos salariais da classe operária, pela escassez dos mercados ociosos e pelo aumento de rivalidades intercapitalistas. Sendo assim, o aumento do preço do barril de petróleo foi um reflexo da crise e não sua causa, haja vista que os produtores de petróleo estavam repassando o prejuízo da desvalorização do

dólar. O primeiro Choque do Petróleo de 1973 aumentou a inflação de custos, pressionando ainda mais a margem de lucro média para baixo (MANDEL, 1990).

A resistência dos operários aos métodos de trabalho taylorista e fordista, os aumentos reais de salários (seja para motivar os trabalhadores, seja como pressão desses por uma melhor distribuição de renda), ao lado de outros fatores, limitaram o crescimento da produtividade do trabalho e ocasionaram uma progressiva queda das taxas de lucro e de mais-valia (VIZENTINI, 1992, p. 13-14).

A crise de 1973 representou o fim da efêmera hegemonia estadunidense e o início de sua expansão financeira. Decerto, a crise de 1973 enterrou qualquer pretensão norte-americana de retomar o Sistema de Bretton Woods, desregulando, assim, o comércio e as finanças internacionais. Bretton Woods, como um SFI bem regulado, era o bem público internacional mais demandado pelo Sistema-mundo que foi provido pelos EUA, e, com o desmantelamento deste sistema, o consentimento à hegemonia norte-americana foi, igualmente, comprometido. Doravante, o dólar passa a ser uma moeda fiduciária, as taxas de câmbio da economia mundial flutuam livremente, dificultando o comércio mundial, e o capital internacional é livre para se mover, abalando a confiança do sistema internacional de crédito. No entanto, embora “não sejam mais hegemônicos no sentido em que vimos usando a palavra, os Estados Unidos continuam a ser a potência militar predominante no mundo [...]” (ARRIGHI, 2008, p. 219).

Outrossim, a crise de 1973 e sua subsequente recessão causaram o período de expansão financeira dos EUA, uma vez que a abundância de liquidez e capital nas mãos da classe capitalista estadunidense não poderia ser reinvestida na expansão da produção e do comércio, haja vista a retração da capacidade produtiva nos anos precedentes à crise. Logo, o subterfúgio à crise se tornou o comércio de títulos, papéis e empréstimos que financiaram a expansão material e comercial alhures, onde havia capacidade ociosa para o capital explorar (ARRIGHI, 2013).

3.2 A EXPANSÃO FINANCEIRA ESTADUNIDENSE E A DOMINAÇÃO SEM HEGEMONIA DOS EUA

A expansão financeira estadunidense em muito se assemelha à expansão financeira britânica. Ambas ocorreram após uma crise de compressão dos lucros que não comprometeu, por inteiro, a produção e o emprego, mas sim a margem de lucro das empresas; ambas as expansões financeiras passaram por um período de estagnação e retração que Arrighi caracteriza como “longas retrações” (ARRIGHI, 2008, p. 113) e, enfim, ambas as expansões

superaram o período de retração da produção financiando a expansão material de um futuro CSA alhures. Contudo, tal superação é apenas momentânea, uma vez que o acúmulo de capital não se dá na esfera da circulação. Toda expansão financeira só se resolve plenamente com a crise terminal do CSA em questão. Assim, comparativamente à expansão financeira norte-americana:

[...] a posição da Grã-Bretanha no meio século que precedeu a Primeira Guerra Mundial assemelhava-se à da Holanda na fase final de sua hegemonia. Tal como a Holanda no século XVII, a Grã-Bretanha havia-se transformado em um imenso “continente” de capital excedente - capital que se acumulava muito além do que podia ser investido com lucro na expansão da produção e do comércio. Esse excedente encontrou uma saída na agiotagem e na especulação, tanto internamente quanto no exterior, e pôde ser usado para firmar direitos sobre a receita futura de governos e empresas estrangeiros (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 77).

Assim, se a recessão pós-1873 pode ser caracterizada como a Primeira Longa Retração, a crise hegemônica norte-americana ocorre na esteira da “[Segunda] Longa Retração de 1973 a 1993” (ARRIGHI, 2008, p. 113). Em um momento inicial da crise, de 1973 a 1980, os EUA enfrentaram um profundo descrédito quanto às suas instituições financeiras, às suas capacidades militares ao se retirarem da guerra na Indochina e, sobretudo, à competitividade de suas empresas nacionais frente aos concorrentes japoneses e alemães. De fato, a “redução da demanda aguçava a competição por mercados entre os países industrializados” (VIZENTINI, 1992, p. 22) e “o principal responsável pela persistência da estagnação comparativa de 1973 a 1993 foi o fracasso das empresas e dos governos capitalistas em restaurar o nível anterior de lucratividade com a eliminação da capacidade excedente” (ARRIGHI, 2008, p. 115).

Contudo, em um segundo momento da Segunda Longa Retração, de 1981 a 1993, os EUA “em declínio, em vez de se ajustar e se acomodar, tentam cimentar a hegemonia que se esvai, transformando-a em dominação exploradora” (ARRIGHI, 2008, p. 174). Certamente, a partir de 1981, a dominação econômica e militar dos EUA, com Ronald Reagan na presidência, ganhou uma sobrevida, uma vez que o processo de financeirização da economia norte-americano não foi combatido, mas sim incentivado. Após as desvalorizações do dólar em 1971 e 1973, o dólar é supervalorizado em 1981, atraindo o capital excedente dos países emergentes de volta à Nova Iorque, causando crises de solvência na África e na América Latina (ARRIGHI, 2008). No entanto, a subida do dólar era insustentável:

Três pontos importantes de virada político-econômica marcam esse vaivém de desvalorização e revalorização da moeda: a “revolução” monetarista de Reagan e Thatcher em 1979-1980, que inverteu a desvalorização do dólar americano na década de 1970; o Acordo Plaza de 1985, que retomou a desvalorização do dólar; e o chamado “Acordo Plaza Invertido” de 1995, que mais uma vez reverteu a desvalorização (ARRIGHI, 2008, p. 117).

Assim, de 1985 a 1995, os EUA recuperaram parte de sua competitividade mercantil internacional ao, literalmente, coagir seus parceiros japoneses e alemães a valorizarem suas moedas, revelando a capacidade de coerção da dominação norte-americana, mas não de consentimento. Ademais às jogadas monetárias, “o enfraquecimento da força de trabalho foi maior nos Estados Unidos do que em outras regiões centrais e, portanto, contribuiu para a retomada da lucratividade norte-americana na década de 1990” (ARRIGHI, 2008, p. 157). Mesmo assim, “a virada se deveu, em primeiro lugar, não ao crescimento comparativamente mais lento do salário real norte-americano, mas à reorientação geral da economia dos Estados Unidos para aproveitar ao máximo a financeirização, tanto nacional quanto mundialmente” (ARRIGHI, 2008, p. 158). Não obstante à financeirização após o fim do Sistema de Bretton Woods, em 1995, o comércio mundial ganhou novo ímpeto com a substituição do GATT pela Organização Mundial do Comércio (OMC), uma organização supranacional que poderia regular e fomentar o comércio na ausência de um SFI ordenado (ARRIGHI, 2008).

Neste sentido de financeirização mundial, outros eventos ocorreram em paralelo à financeirização da economia dos EUA que lhe deram fôlego e ímpeto. Durante toda a década de 1980, as crises de solvência que ocorriam na África e na América Latina foram a ponta de lança para a queda de barreiras comerciais e financeiras em uma miríade de Estados em desenvolvimento, desregulamentando o mercado de trabalho, expondo indústrias nascentes à concorrência internacional e abrindo suas economias ao capital estrangeiro e à instabilidade das finanças internacionais. Ademais, no Leste Europeu, um processo semelhante aconteceu:

O colapso da União Soviética e a privatização selvagem realizada sob o título de “terapia de choque”, e aconselhada por potências capitalistas e instituições financeiras internacionais, foi um episódio importante da liberação a preço de banana de ativos até então inacessíveis. Entretanto, teve a mesma importância a liberação de ativos desvalorizados em outros países de baixa renda na esteira das crises financeiras que marcaram a liberalização dos fluxos de capital nas décadas de 1980 e 1990 (ARRIGHI, 2008, p. 234).

Um fator que auxiliou no colapso da URSS e do bloco soviético foi a corrida armamentista dos anos 1980, parte do projeto de Reagan para restabelecer ao menos a capacidade de coerção norte-americano frente a seus contendores internacionais. Neste intuito de cimentar a hegemonia que lhe escapava, às custas de concorrentes e rivais, os EUA lançaram mão de uma política externa baseada na noção de um Estado mundial, que policiasse todas as demais unidades políticas que evitassem o jugo liberal norte-americano, restringindo a anarquia do sistema internacional e tornando-o pretensamente unipolar:

[...] a formação do estado [*sic*] mundial reduz a distinção entre as atividades que formam o Estado e as que fazem a guerra, porque o futuro Estado mundial reivindica o mundo inteiro como seu domínio possível e, portanto, rejeita *de facto* a distinção entre domínios intra-Estado e inter-Estados. Daí vem a descrição generalizada das muitas “guerras” que os Estados Unidos travaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial como ações policiais, não como guerras (ARRIGHI, 2008, p. 264).

Após a derrocada da URSS em 1991, realmente, os EUA pareciam ser a força dominadora incontestada no sistema internacional, logrando coagir rivais e competidores no âmbito da economia mundial, mediante o controle das finanças internacionais e dos meios de fazer a guerra moderna. Não obstante,

[...] não houve nenhum sinal de corrida armamentista entre as potências capitalistas em ascensão e em declínio. Ao contrário, durante e principalmente depois da escalada final de armamento da Guerra Fria na década de 1980, a capacidade militar global concentrou-se ainda mais do que antes nas mãos dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2008, p. 124).

A despeito de ainda serem dominantes no sistema internacional, os EUA, certamente, não são hegemônicos no Sistema-mundo. É preciso, novamente, reiterar o caráter não hegemônico desta dominação, tendo em vista que, embora ainda mantenham capacidade coercitiva sobre outrem, o consentimento dos EUA sobre o controle da economia mundial nunca se recuperou desde 1973. Ainda que dominante, os EUA se mostram incapazes de prover os bens públicos internacionais que o Sistema-mundo mais demanda, entre eles, um novo SFI regulado. Na verdade, tanto os elementos de coerção, quanto os poucos elementos de consentimento, se deterioraram ainda mais após 1991. Ambos os elementos foram abalados, justamente, pela intrínseca instabilidade da expansão financeira do CSA norte-americano, comprometendo sua capacidade de acumular capital e, logo, comprometendo seus elementos de coerção e consentimento (ARRIGHI, 2008).

Segue-se que a *belle époque* norte-americana da década de 1990 baseou-se num círculo virtuoso que, a qualquer momento, podia se tornar vicioso. Esse círculo virtuoso, mas potencialmente vicioso, baseava-se na sinergia de duas condições: a capacidade dos Estados Unidos de se apresentar como responsáveis pelas funções globais de mercado de último recurso e como potência político-militar indispensável; e a capacidade e disposição do resto do mundo de fornecer aos Estados Unidos o capital de que estes precisavam para continuar exercendo essas duas funções em escala cada vez maior (ARRIGHI, 2008, p. 204).

Em 1995, após o Acordo Plaza invertido, revalorizando o dólar às custas do iene e do marco, as empresas norte-americanas recuperaram a lucratividade anterior a 1973 e passaram a

atrair capital externo para um novo ciclo de crescimento que durou até 2008. “Essa inundação de capital estrangeiro nos Estados Unidos e a valorização do dólar a ela associada foram ingredientes essenciais para transformar o boom do valor dos ativos anterior a 1995 na bolha que veio em seguida” (ARRIGHI, 2008, p. 122). Escrevendo um ano antes da Crise de 2008, Arrighi teve “a impressão avassaladora de que a longa retração está longe de acabar e que, na verdade, o pior ainda está por vir” (ARRIGHI, 2008, p. 124).

3.3 A EXPANSÃO MATERIAL DO LESTE ASIÁTICO E A ASCENSÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A expansão do leste asiático se iniciou, de maneira generalizada, em meados da década de 1950. Diferentemente de outras expansões materiais, esta não se centra em um único Estado, mas em uma miríade de unidades políticas que iniciaram um processo de industrialização de maneira assíncrona. De início, o primeiro impulso industrial, de maneira independente, se iniciou em 1870 após a Restauração Meiji no Japão ter centralizado os poderes do arquipélago nipônico de volta à figura do imperador e ter encetado uma modernização da infraestrutura e das relações capitalistas no país. De 1870 a 1930, o Japão industrializou-se rapidamente e conquistou capacidades militares dignas de se equilibrar com as demais potências europeias (ARRIGHI, 2013).

Após a tentativa malograda de se estabelecer como a potência hegemônica no continente asiático, suplantando os imperialismos europeus por apenas um imperialismo nipônico, o Japão passou para zona de influência norte-americana no pós-guerra. Assim, de 1945 em diante, os EUA passaram a financiar a reconstrução do Japão, protegendo patentes das indústrias japonesas e reativando a capacidade ociosa do parque industrial do país. A partir do fim dos anos 1950 e início dos 1960, a economia japonesa já era a maior da Ásia e passava a demandar insumos e investimentos de países vizinhos. Desta forma, ironicamente:

[...] o imperialismo japonês parece ter atingido, pela via pacífica, isto é, pela penetração comercial e financeira, a maior parte dos objetivos econômicos a que se havia determinado outrora por suas conquistas militares e que havia perdido no momento de sua derrota em 1945. Ele se tornou o primeiro exportador em quase toda a bacia do Oceano Pacífico, incluída aí a Austrália (MANDEL, 1990, p. 191).

Sendo assim, o milagre japonês dos anos 1960 transbordou para a maioria de suas antigas conquistas militares, porém, desta vez com o aval e apoio dos EUA, uma vez que tais regiões estavam sob ameaça do comunismo internacional. Logo, Hong Kong, Cingapura,

Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Indonésia, Filipinas e Tailândia passaram a operar em um sistema de subcontratação de investimentos e redes de firmas verticalmente organizadas, tendo Tóquio ao centro. Contudo, o “peso da economia destes oito países na economia capitalista internacional é muito reduzido para poder modificar sua dinâmica “(MANDEL, 1990, p. 192), justo porque todos estes países, incluindo o Japão, têm sua soberania limitada pela ação direta dos EUA, que permaneceu ativo militarmente no leste asiático, desde 1945 até então (ARRIGHI, 2008).

No entanto, outro ator político de relevância, fora da hegemonia estadunidense, também iniciou um processo de expansão material na década de 1950: a República Popular da China (RPC). Após a Revolução Chinesa de 1949, a RPC passou a fazer parte do campo socialista, sob a hegemonia soviética, e principiou um processo de industrialização com o primeiro plano quinquenal de 1953-1957. A partir da década de 1960, a RPC rompe relações com a URSS após uma série de escaramuças diplomáticas entre ambos, uma vez que ambas unidades políticas passaram a disputar a hegemonia dentro do bloco socialista. Até 1971, a RPC manteve uma política de isolacionismo diplomático, financeiro e comercial do resto do mundo, investindo em suas vias de desenvolvimento, mediante rápida industrialização, urbanização e qualificação da mão de obra (DAMAS, 2014).

Em 1971, não obstante, ocorre o ponto de inflexão da expansão material do leste asiático: a RPC se abre diplomaticamente e é integrada ao Sistema-mundo capitalista, sob os auspícios de Washington. Embora a RPC permanecesse um país de bases socialistas, Pequim não estava disposta a se submeter à hegemonia de Moscou. Ao ingressar no Sistema-mundo capitalista, no entanto, a RPC não o fez subordinando-se à hegemonia norte-americana, mas sim para buscar suas próprias vias de desenvolvimento, equidistante de Moscou e Washington. Sendo assim, após 28 anos de hegemonia dos EUA, a RPC surge como a primeira unidade política do Sistema-mundo plenamente autônoma e contendora aos EUA. Logo, a fim de perseguir suas vias de desenvolvimento, Pequim se abre comercialmente e financeiramente, de maneira paulatina, a partir de 1978 (DAMAS, 2014). Desta forma:

[...] a reincorporação da China continental nos mercados regionais e globais recolocou em jogo uma nação cujas dimensões demográficas, cuja abundância de recursos empresariais e de mão-de-obra e cujo potencial de crescimento ultrapassaram facilmente os de todas as outras nações atuantes na região, inclusive os Estados Unidos (ARRIGHI; AHMAD; SHIH, 2001, p. 276).

A partir dos anos 1980, subsidiada pela expansão financeira dos EUA, o leste asiático se tornou foco de atração do capital excedente norte-americano para o financiamento de sua expansão material:

[...] as empresas norte-americanas começaram a se reestruturar para competir de modo mais eficaz com as empresas japonesas na exploração das ricas jazidas de mão-de-obra e de recursos empresariais da Ásia oriental, não apenas com investimentos diretos, mas também, e sobretudo, com todo tipo de sistemas de terceirização em estruturas organizacionais de integração frouxa. [...], essa tendência levou à substituição das grandes empresas verticalmente integradas, a exemplo da General Motors, por grandes empresas terceirizadas, como o Wal-Mart, como principais organizações empresariais norte-americanas (ARRIGHI, 2008, p. 353).

Desta forma, a expansão do leste asiático, outrossim, inovou na própria organização produtiva, espalhando o processo das cadeias de valor, com auxílio de capital japonês, estadunidense e, posteriormente, chinês. Este sistema de redes de firmas subcontratadas e verticalmente estruturadas “se tornou evidente por toda parte, mas em lugar nenhum teve tanto sucesso quanto na Ásia oriental” (ARRIGHI, 2008, p. 352). Entretanto, a despeito desta dispersão das cadeias de insumo-produto por cerca de dez unidades políticas asiáticas, apenas a RPC demonstrou condições de guiar a continuação da expansão material, haja vista que apenas a RPC é, de fato, soberana ante os EUA e não está submetida à instabilidade do capital financeiro como as demais unidades estão (ARRIGHI, 2008).

Essa dispersão do poderio financeiro entre múltiplos centros rivais - nenhum dos quais pode aspirar remotamente a se tornar hegemônico no plano mundial - alargou o fosso entre, de um lado, a rápida acumulação de capital na região e, de outro, a capacidade de os Estados que hospedam esses centros sustentarem organizacionalmente a expansão. Essa defasagem crescente veio à tona na devastadora crise financeira que varreu toda a região do Leste da Ásia em 1997. Apesar de todas as devastações, contudo, essa crise mais recente (e, com toda a probabilidade, não a última) do Leste da Ásia é tão pouco indicativa de uma redução do poder financeiro dessa região perante os Estados Unidos quanto a Terça-Feira Negra de Wall Street, em 1929 (e a devastação subsequente da economia norte-americana), foi uma indicação de uma redução do poder financeiro dos Estados Unidos perante a Grã-Bretanha (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 105-106).

De fato, após a revalorização do dólar em 1995, as economias asiáticas foram afetadas pela rápida fuga de capitais em 1997. Portanto, como Arrighi pontuou, os centros financeiros do leste asiático foram, e são, incapazes de competir com Nova Iorque, mesmo que sua força seja crescente, porquanto sua soberania é limitada. Entrementes, a expansão material na RPC saiu incólume de crises financeiras e cambiais dos anos 1990, e quando “a ascensão chinesa ganhou ímpeto próprio na década de 1990, o capital japonês, norte-americano e europeu correu para China com mais intensidade ainda” (ARRIGHI, 2008, p. 358). Porém, importa frisar que

“o capital estrangeiro aproveitou o bonde da expansão econômica, [mas] não foi ele que iniciou nem liderou” (ARRIGHI, 2008, p. 359).

Esse processo de expansão econômica data de pelo menos desde a época da Revolução de 1949, quando foram assentadas as bases da indústria e do sistema educacional. Depois deste primeiro incremento, as reformas da década de 1970 representaram o verdadeiro impulso ao desenvolvimento do mercado interno na China, aquilo que Arrighi chamou de desenvolvimento “natural” smithiano:

Na concepção smithiana de desenvolvimento com base no mercado [...], os governos usam o mercado como instrumento de domínio e, ao liberar o comércio, fazem-no aos poucos, para não perturbar a “tranquilidade pública”. Eles fazem os capitalistas, e não os trabalhadores, competir entre si, de modo que o lucro seja levado ao nível mínimo tolerado. Encorajam a divisão de trabalho entre unidades de produção e comunidades, e não no interior delas, e investem em educação para contrabalançar o efeito negativo da divisão do trabalho na qualidade intelectual da população. Dão prioridade à formação do mercado interno e ao desenvolvimento agrícola como base principal da industrialização e, com o tempo, ao investimento estrangeiro e ao comércio externo (ARRIGHI, 2008, p. 364).

Elementos importantes a pontuar na descrição de Arrighi são a liberação do comércio aos poucos, o desenvolvimento agrícola e o investimento em educação. No tocante ao primeiro aspecto, nos anos 1970, o leste asiático de modo geral, mas sobretudo a China, já se havia livrado dos bancos ocidentais que causaram crises de solvência na África e na América Latina, realizou *joint-ventures* e transferências de tecnologia com o capital estrangeiro, selecionou e filtrou investimentos estrangeiros, privatizou setores da economia de maneira seletiva e gradual e se abriu ao comércio internacional de maneira igualmente paulatina (ARRIGHI, 2008). Tratando-se do desenvolvimento agrícola, Pequim implementou uma reforma agrária com incentivos nas mudanças de preço da demanda que possibilitou um desenvolvimento econômico sem desapropriação de terras (ARRIGHI, 2008). Finalmente, os investimentos em educação se mostraram importantes no processo de industrialização intensivo em mão de obra:

A característica mais atraente [da RPC para o capital estrangeiro] [...] foi a elevada qualidade dessa reserva [de mão de obra] em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China (ARRIGHI, 2008, p. 357).

Portanto, a partir de 1997, a RPC surge como a nação industrial mais dinâmica do mundo e norte do processo de expansão material do leste asiático. Neste contexto, Arrighi sumariza como o parque industrial da RPC reúne todas as etapas da cadeia de insumo-produto da fronteira tecnológica contemporânea:

[...] o delta do rio Pérola é especializado em indústrias que fazem uso intensivo de mão-de-obra, em produção e montagem de peças de reposição; o delta do rio Yangtsé é especializado em setores que fazem uso intensivo de capital e em produção de carros, semicondutores, celulares e computadores, e Zhongguan Cun, em Pequim, é o vale do Silício da China. Mais que no resto do mundo, ali o governo intervém diretamente para promover a colaboração entre universidades, empresas e bancos estatais no desenvolvimento da informática (ARRIGHI, 2008, p. 362).

Apesar deste incrível desenvolvimento, no entanto, não houve nenhuma tendência à transição do CSA estadunidense para um possível CSA chinês. Em síntese, isto ocorre porque a RPC é um país socialista inserido em um Sistema-mundo capitalista. Neste sentido, as instituições chinesas de crescimento econômico não operam visando à expansão do capital, mas sim ao desenvolvimento do mercado interno chinês. Ademais, o poder político, militar e financeiro ainda centra-se nos EUA, enquanto a RPC não parece disposta a antagonizar seu espaço no mundo com os EUA. O que parece estar ocorrendo desde 1997 é uma complementaridade de ambas as economias, cada qual precisando da outra (PETTIS, 2013).

Essa simbiose macroeconômica existente principalmente entre os Estados Unidos e a China, evidente após o ano de 2002, quando a China passou a apresentar crescentes superávits em conta-corrente, e o excesso de consumo das famílias norte-americanas era saciado pelo excesso de oferta proveniente da China, funcionou bem até 2008 (DAMAS, 2014, p. 106).

Todas estas contradições do Sistema-mundo, principalmente a simbiose entre uma expansão financeira declinante, porém interminável, e uma expansão material ascendente, porém contida, desencadearam o cenário da economia mundial no século XXI, o que levou, finalmente, a mais recente crise generalizada da produção mundial. Enfim, a seguir, após o esforço de revisão bibliográfica dos conceitos de ciclo sistêmico de acumulação, de hegemonia e de crises sinalizadoras e terminais de Giovanni Arrighi, analisa-se a crise de 2008 sob a óptica comparativa das crises do Sistema-mundo e das transições de CSA.

4 A CRISE DE 2008

Pode-se situar a Crise de 2008, claramente, dentro do contexto maior da expansão financeira norte-americana. Ademais à expansão financeira, o ano de 2008 representa o fracasso estadunidense do projeto de Estado mundial e do ‘não SFI’ pós-1973, e a ascensão definitiva da expansão material do leste asiático. Portanto, para entender as causas da crise mais recente da economia mundial, é momento de unir as duas pontas do atual ciclo sistêmico de acumulação: de um lado, a insustentabilidade do regime de acumulação norte-americano e do SFI legado por estes após 1973, e, de outro, a expansão material ascendente no Leste da Ásia (ARRIGHI, 2008).

As causas desta crise podem ser rastreadas, no contexto da política internacional, de volta a 1995, quando os EUA revalorizaram o dólar, superaram a (Segunda) Longa Retração dos anos 1980 e se tornaram uma potência pretensamente unipolar, ainda que operando legitimamente por vias multilaterais. Certamente, neste momento inicial em que a dominação não hegemônica dos EUA pôde se manter como um Estado policial⁹, sua aparente unipolaridade era legitimada por meios multilaterais, tais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. A situação, entretanto, passa a mudar com a Segunda Guerra do Golfo, quando os EUA não receberam a legitimação multilateral para empreitada no Oriente Médio (ARRIGHI, 2008). Este ponto de inflexão da unipolaridade multilateral para unipolaridade unilateral era inevitável, porquanto a noção estadunidense de um Estado mundial sempre foi baseada na coerção do resto do mundo, considerando a aceitação multilateral como um apêndice a suas decisões de política externa. Arrighi, neste âmbito, coloca que:

Caso o funcionamento dos mercados livres ameaçasse a centralidade americana, os neoconservadores se dispunham a transformar a guerra de baixa intensidade, travada no mundo inteiro sob o regime do neoliberalismo, em confronto drástico, capaz de eliminar a ameaça de uma vez por todas (ARRIGHI, 2008, p. 199).

Diferentemente de outras ações policiais, no entanto, a intervenção no Iraque, a partir de 2003, se tornou um fardo para as contas públicas dos EUA, uma vez que não se tratava de uma guerra abertamente declarada, mas sim uma tentativa de realizar uma intervenção cirúrgica, por meio de um exército profissional e equipamentos militares de última geração. A destruição das bases sociais do Iraque após 2003 criou um cenário permanente de conflito que

⁹ As principais ações policiais dos EUA de 1990 a 2001 foram a Primeira Guerra do Golfo, a intervenção na guerra civil da Bósnia-Herzegovina e a Invasão do Afeganistão após os atentados de Onze de Setembro (ARRIGHI, 2008).

os EUA foram, e são, incapazes de resolver. Logo, no “Iraqe, assim como no Vietnã, a crescente dificuldade dos Estados Unidos para superar a resistência de um adversário militar comparativamente insignificante comprometeu a credibilidade do poderio norte-americano no mundo em geral” (ARRIGHI, 2008, p. 188). Esta perda de credibilidade se manifestou na própria capacidade dos EUA em pagar a guerra e manter as contas nacionais sadias. “Como não era possível aumentar impostos, havia limites para novos empréstimos externos e a guerra não estava se pagando; os privilégios de senhoriagem norte-americanos tornaram-se a principal fonte de financiamento das guerras de Bush” (ARRIGHI, 2008, p. 207).

Novamente, tal como fizeram de 1965 a 1973, os EUA acreditaram que poderiam pagar a guerra com tinta e papel, usufruindo de “privilégios de senhoriagem”, desvalorizando o dólar ao passo que estimulavam a economia com expansões monetárias. Porém, ao “que parece, o ‘maior calote da história’ ainda está para acontecer” (ARRIGHI, 2008, p. 208), justo porque a prática de senhoriagem após 2003 “aumentou ainda mais a dívida externa dos Estados Unidos e sua vulnerabilidade à fuga de capitais” (ARRIGHI, 2008, p. 236).

Até o momento, portanto, há dois elementos suficientes para uma crise terminal: dificuldades em financiar a guerra por parte do Estado dominante e reinício das instabilidades do capital financeiro. Na realidade, retomando a tese de Arrighi, a instabilidade financeira nos EUA crescia desde meados dos anos 1990, quando o “boom do valor dos ativos anterior a 1995 [fomentou a] bolha que veio em seguida” (ARRIGHI, 2008, p. 122). Tal instabilidade recrudescceu ainda mais entre 1995 e 2000, com a entrada de empresas de alta tecnologia no mercado de ações (bolha da internet) e com os atentados de Onze de Setembro:

Após o estouro da bolha da internet no ano 2000 e os atentados de 11 de setembro de 2001, o governo norte-americano passou a adotar uma política fiscal expansionista com pesados gastos governamentais, principalmente em defesa nacional, concomitantemente com a implementação de pacotes de estímulos fiscais e cortes de impostos. O presidente do Banco Central dos Estados Unidos, Alan Greenspan, passou a praticar uma política monetária expansionista com reduções nas taxas de juros (DAMAS, 2014, p. 226).

Logo, com a expansão monetária a partir de 2001, os EUA se tornaram um terreno fértil para investimentos baratos e lucrativos. Esse crescimento artificial pós-2001 foi estimulado novamente em 2003, por meio de privilégios de senhoriagem, para que os EUA pagassem sua empreitada no Oriente Médio. Após 2003, com o esgotamento das oportunidades de investimento nas empresas de alta tecnologia, foi substituída “a bolha tecnológica pela bolha imobiliária, que alimentou o auge do consumo e do setor de construção” (STIGLITZ, 2010, p. 39). A construção, compra e revenda de imóveis na economia norte-americano criou um

mercado de títulos e empréstimos tão rentável com a bolha imobiliária, que expandiu o consumo e o emprego nos EUA a partir de 2003. Contudo:

A economia global necessitava de um consumo cada vez maior para crescer, mas como isso podia continuar a acontecer se a renda de tantos americanos estava estagnada havia tanto tempo? Os americanos encontraram uma solução engenhosa: tomar emprestado e consumir, como se a sua renda *estivesse crescendo*. E assim fizeram. A taxa média de poupança caiu a zero - e como muitos americanos ricos tinham poupança substanciais, isso significava que os americanos pobres tinham uma taxa de poupança fortemente negativa (STIGLITZ, 2010, p. 36).

Mas, “todo esse movimento de empréstimos dependia da premissa arriscada de que os preços das moradias continuassem a subir, ou, pelo menos, que não caíssem” (STIGLITZ, 2010, p. 36-37), uma vez que tais empréstimos eram baseados em hipotecas de bens e imóveis supervalorizados. Estava claro que a economia norte-americana estava distorcida, porquanto “entre dois terços e três quartos de toda a economia (do PIB) se relacionavam à atividade imobiliária” (STIGLITZ, 2010, p. 37). Até o momento da análise, entretanto, ainda falta um elemento importante para caracterizar 2008 como uma crise típica do **capitalismo maduro**, ainda mais uma possível crise terminal do CSA estadunidense: uma crise do capital. Desde 1973 a expansão financeira dos EUA desindustrializou boa parte do parque industrial norte-americano, transformando a sociedade estadunidense em uma sociedade pós-industrial, orientada pelo consumo em massa. Arrighi pontua, neste sentido, o “Wal-Mart, como [uma das] principais organizações empresariais norte-americanas” (ARRIGHI, 2008, p. 353), uma empresa distribuidora, e, logo, não produtora.

Como visto na argumentação deste trabalho, o capital não surge na esfera da circulação e, por consequência, tampouco suas crises. Assim, uma vez mais, é preciso acompanhar os “possuidores de dinheiro e de força de trabalho até o terreno oculto da produção” (MARX, 2017, p. 250), para rastrear a terceira causa da crise de 2008. Com “o terreno oculto da produção”, no escopo deste trabalho, refere-se à expansão material do Leste da Ásia, que ganhou dois impulsos para fomentar a bolha nos EUA. Primeiramente, após a revalorização do dólar em 1995, as economias asiáticas (com exceção da China) sofreram de fugas de capital entre 1997-1998, o que levou suas economias a reorientarem seu modelo de crescimento para exportações, acumulando reservas em dólares a fim de se protegerem de futuras possíveis fugas de capital. Finalmente, em 2001, a RPC foi aceita na OMC e passou a participar mais ativamente do comércio mundial, demandando *commodities* e insumos em escala crescente, iniciando o Superciclo das *Commodities*, de 2001 a 2008 (DAMAS, 2014; PETTIS, 2013). Em síntese:

Algumas economias emergentes, principalmente na Ásia, acumularam uma grande quantidade de reservas internacionais como proteção a futuras reversões de capitais, ou fenômeno comumente conhecido como *sudden stops*, alterando seus modelos de crescimento econômico para se tornarem mais voltadas para exportações. Ao fazerem isso, os governos dessas nações canalizaram seus excedentes por meio do mercado de capitais internacional, investindo-os principalmente em títulos de longo prazo emitidos pelos Estados Unidos. Com maior demanda por esses títulos, as taxas de juros implícitas atreladas a eles caíram além do razoável, incentivando assim maior endividamento das famílias norte-americanas e inflando os preços dos ativos, principalmente do setor imobiliário. Maior endividamento das famílias norte-americanas e menor poupança doméstica privada seriam então uma resposta aos efeitos de uma maciça entrada de capitais nos Estados Unidos. [...]. Os comportamentos dos agentes econômicos norte-americanos e seus consumidores, segundo a teoria dos *saving gluts*, seriam afetados por medidas tomadas por outros países (DAMAS, 2014, p. 21).

Desta forma, estão postos todos os elementos de uma crise de subconsumo, típica da anarquia da produção do capitalismo. Além disto, este elemento de superprodução no leste asiático, que desencadeou um estado de superliquidez nos EUA, revela ainda mais o caráter simbiote entre a economia norte-americana e a expansão material das economias asiáticas (DAMAS, 2014; PETTIS, 2013), algo que não ocorria desde o primeiro CSA do Sistema-mundo, quando Gênova e Espanha dividiram as funções de acumular e financiar de tal modo que todas as crises que Gênova manifestava, na verdade, tinham “origem na Espanha” (ARRIGHI, 2013, p. 129). Essa dicotomia entre RPC e EUA, tanto nas políticas macroeconômicas quanto na crise, fica mais evidente quando analisados os outros elementos da crise, sobretudo, a intervenção norte-americana no Iraque. Os privilégios de senhoriagem para pagar a guerra jamais seriam possíveis sem a expansão material leste-asiática e a subsequente compra de títulos do tesouro norte-americano por parte das economias asiáticas em ascensão:

Por enquanto, os financiadores mais importantes do déficit norte-americano em transações correntes foram os governos da Ásia oriental, que se dedicaram a compras maciças de títulos do Tesouro norte-americano e a acumular reservas em dólar - em primeiro lugar os japoneses, mas também os chineses, em nível cada vez mais significativo (ARRIGHI, 2008, p. 202).

Ademais, essa simbiose se transformou em um vício que os EUA foram, e são, incapazes de reverter no curto prazo, haja vista que não se trata apenas do financiamento da guerra, mas de toda estrutura social dos EUA, baseada no consumo em massa de produtos baratos com selo *Made in China*. Sobre tal vício, Arrighi pondera que:

Quanto mais a situação no Iraque piora, mais o governo Bush se torna dependente desse vício para impedir que tudo piore também na frente econômica e social interna. Daí a relutância do governo em pressionar a China a valorizar o iuane, os elogios ao plano quinquenal do PCC de 2005 e, em termos mais gerais, a discrição, maior que a

do Congresso, das queixas contra a inundação de produtos chineses no mercado norte-americano e os empregos norte-americanos perdidos para a China (ARRIGHI, 2008, p. 312).

Entretanto, assim como em qualquer outra situação de superprodução do capitalismo, tal situação era insustentável. O mercado de consumo nos EUA não poderia se expandir para sempre, a expansão material das economias asiáticas não produziria bens inelasticamente e o Superciclo das *Commodities* não duraria infinitamente. A partir de 2007, o mercado imobiliário nos EUA começou a se retrair e os preços dos imóveis começaram a crescer a taxas declinantes (STIGLITZ, 2010). Assim:

A necessidade de medidas radicais era clara desde agosto de 2007. Naquele mês, a diferença entre as taxas de juros em empréstimos interbancários (a taxa pela qual os bancos emprestam dinheiro entre si) e em títulos do Tesouro (a taxa pela qual o governo pode tomar dinheiro emprestado) subiu drasticamente. Em uma economia “normal”, as duas taxas de juros diferem pouco. Essa grande diferença significava que os bancos não estavam confiando uns nos outros (STIGLITZ, 2010, p. 70).

A situação passou a deteriorar ainda mais quando “a oferta de ativos imobiliários excedeu a demanda, o preço dos imóveis começou a cair, fazendo aumentar a inadimplência dos tomadores desprivilegiados, os chamados subprime” (DAMAS, 2014, p. 238). Os níveis de inadimplência de empréstimos passaram a se multiplicar e, logo, “os efeitos se ampliaram porque os bancos [norte-americanos] haviam criado uma série de produtos complexos que tinham por base as hipotecas. O pior foi que se dedicaram a apostas multibilionárias entre si e com outros corretores financeiros do mundo inteiro” (STIGLITZ, 2010, p. 37).

De 2007 a 2008, nos EUA, a “confiança, que é a base do sistema bancário, se evaporou. Os bancos se recusaram a emprestar dinheiro a seus congêneres - ou passaram a cobrar fortes taxas de juros para compensar os riscos. Os mercados globais de crédito começaram a congelar” (STIGLITZ, 2010, p. 37-38). A crise, que já era evidente desde o início de 2008, finalmente, detonou em 15 de setembro de 2008, quando o governo norte-americano decidiu não salvar um dos maiores bancos do país: o Lehman Brothers (STIGLITZ, 2010).

Logo, a incapacidade das famílias norte-americanas em solver suas dívidas e manter rendimentos pessoais levou a uma espiral de subconsumo, queda na produção, nos preços e no emprego. Este processo se retroalimentou de 2008 a 2010, quando a crise se tornou global, “uma vez que quase a quarta parte das hipotecas dos Estados Unidos havia ido para o exterior” (STIGLITZ, 2010, p. 61). De acordo com Joseph Stiglitz, em resumo:

A demanda caiu, à medida que as famílias viram entrar em colapso o valor das suas casas (e também o das ações que possuíam) e sua própria propensão a contrair empréstimos. Ocorreu um ciclo negativo de estoques: os mercados de crédito congelaram, a demanda caiu e as empresas reduziram seus estoques o mais rapidamente possível (STIGLITZ, 2010, p. 38).

Enfim, a partir da análise das causas e desenvolvimento da Crise de 2008, é mister analisar o contexto das causas desta crise com as demais crises do Sistema-mundo, expostas e analisadas por Giovanni Arrighi, neste trabalho. A seguir, comparar-se-á o que cada crise sinalizadora e terminal, e cada CSA, do Sistema-mundo guarda de semelhanças e diferenças com a mais recente crise generalizada do capitalismo, a fim de compreender os impactos de curto prazo que tal mudança ocasionou no Sistema-mundo e nas relações internacionais.

4.1 A CRISE SOB PERSPECTIVA COMPARADA

Até o momento do presente estudo, analisou-se as transições de CSAs no Sistema-mundo, causadas por crises sinalizadoras e terminais. No que tange às consequências de cada crise, infere-se que estas são “momentos de reorganização capitalista fundamental” (ARRIGHI, 2008, p. 94), no qual os processos de acúmulo de capital se esgotam em um determinado regime de acumulação e em um determinado contexto social e político. Decerto, parece haver consequências de 2008 que se manifestam como um momento de reorganização capitalista fundamental, tendo em vista que pode-se perceber semelhanças de causas desta crise com as demais.

De acordo com Arrighi, todas as crises sinalizadoras e terminais dos CSAs tiveram três causas principais: “uma intensificação das rivalidades entre as grandes potências, o surgimento de novos *loci* de poder nas margens do raio de ação do Estado hegemônico em declínio e uma expansão financeira sistêmica centrada no Estado hegemônico em declínio (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 98). Em contrapartida, neste trabalho chegaram-se a três causas semelhantes, porém não iguais. De acordo com eventos analisados neste trabalho, de fato, todas as crises têm uma intensificação da disputa interestatal pelo poder e um aumento da instabilidade financeira no polo dinâmico capitalista. O “surgimento de novos *loci* de poder nas margens do raio de ação do Estado hegemônico em declínio”, a despeito de sempre estar presente em todas as transições de CSAs, mais parece um efeito colateral do que uma causa da crise, na análise deste trabalho. Assim, uma terceira causa das crises sinalizadoras e terminal, que Arrighi não nega, mas não dá relevância, é a própria crise do capital.

Neste sentido, as primeiras crises¹⁰ sinalizadoras e terminais dos CSAs ibero-genovês e holandês não apresentavam esta característica, uma vez que se desenvolveram em um período de **acumulação primitiva de capital**, no qual o capital não tinha o dinamismo da transformação social. Logo, as crises de 1557, 1648, 1740 e 1784, embora apresentassem as características de disputa pelo poder e de instabilidade financeira, eram causadas, na essência, por elementos circunstanciais, e, portanto, não cabem muito à comparação com 2008 (ARRIGHI, 2013). Por outro lado, as crises de 1873, 1929 e 1973 ocorreram no contexto do **capitalismo maduro**, no qual a principal causa da crise, de fato, é a superprodução (MANDEL, 1990).

De maneira geral, as três crises anteriores a 2008 guardam atributos semelhantes: superacumulação de capitais, subconsumo das massas, anarquia da produção e queda na taxa de lucros, mas todas foram crises de superprodução (MANDEL, 1990). Neste sentido, a “superprodução significa sempre que o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado” (MANDEL, 1990, p. 211-212).

Contudo, apesar de semelhanças, as crises do **capitalismo maduro** guardam peculiaridades, geralmente relacionadas com o momento histórico de seu desenvolvimento. A crise sinalizadora do CSA britânico (1873) foi uma crise de compressão dos lucros, na qual a produção geral de mercadorias não foi abalada, mas sim a margem de lucro média. De maneira, semelhante, a crise sinalizadora do CSA estadunidense (1973) também foi uma crise de compressão dos lucros, e ambas iniciaram “longos períodos de expansão financeira que, parafraseando Schumpeter, fornece[ra]m os meios de pagamento necessários para empurrar o sistema econômico para novos canais” (ARRIGHI, 2008, p. 104).

Diante do exposto, é prudente pontuar que crises de compressão dos lucros ocorrem ao final de expansões materiais, encetando o processo de expansão financeira, o que as tornam, por fim, crises sinalizadoras *per se*. Sendo assim, 2008 parece se aproximar de 1929, justo porque ambas ocorreram após a derrocada de uma expansão financeira, em paralelo com a ascensão de uma expansão material. Ademais, ambas as crises representaram um golpe generalizado na produção, classificando-se como crises de subconsumo (STIGLITZ, 2010). Logo, se 1929 foi a crise terminal do CSA britânico, 2008 é a crise terminal do CSA estadunidense? Seguindo a argumentação de Arrighi até sua última obra escrita em vida, em 2007 (ARRIGHI, 2008), a resposta parece ser afirmativa.

¹⁰ Para uma linha do tempo das crises sinalizadoras e terminais dos CSAs, reveja a figura 1, na página 20.

Arrighi, em sua última obra, parecia convencido que o CSA estadunidense atingia sua insuficiência após a intervenção norte-americana no Iraque: “Mas assim como as dificuldades dos Estados Unidos no Vietnã precipitaram a crise sinalizadora da hegemonia norte-americana, é bem provável que se considere, em retrospecto, que as dificuldades dos Estados Unidos no Iraque precipitaram sua crise terminal” (ARRIGHI, 2008, p. 194). Apesar de o autor não ter dissertado largamente se 2008 pode ser considerada a crise terminal do CSA estadunidense por ter falecido em 2009 (HARVEY, 2009), Arrighi afirmou, em artigo póstumo, que “[...] o colapso financeiro de 2008 é um dos últimos indicadores de que esse é realmente o caso” (SILVER; ARRIGHI, 2011, p. 55, tradução nossa)¹¹, isto é, “[m]elhor dizendo, estamos testemunhando o final do *longo século vinte* [...]” (SILVER; ARRIGHI, 2011, p. 55-56, grifo do autor, tradução nossa)¹².

Outros elementos corroboram a tese de que 2008 pode ser considerada a crise terminal do CSA estadunidense: o crescimento da instabilidade financeira e a intensificação de disputas interestatais pelo poder. No tocante ao primeiro item, é evidente a instabilidade financeira na economia mundial desde o desmantelamento de Bretton Woods em 1973. Desde então, o capital financeiro causou crises cambiais e financeiras em uma miríade de Estados¹³ até atingir os EUA em 2008. Neste contexto, a origem da instabilidade financeira pode ser definida:

[...] quando as dívidas não podem ser pagas, e a finança deixa de ser sadia para se tornar especulativa. Esta seria a base subjetiva da instabilidade. Mas há também um fundamento objetivo, ou seja, o fato de que o dinheiro de crédito emitido pelos bancos não pode ser validado pelo retorno do investimento que ele financiou. Há problemas com os investimentos, que não permitem honrar as dívidas (CORAZZA, 1994, p. 127).

No que tange ao segundo item, de maneira incontroversa:

[...] as guerras tiveram um papel muito importante nisso. Em pelo menos dois casos (da Holanda para a Grã-Bretanha e da Grã-Bretanha para os Estados Unidos), a realocação do capital excedente de centros maduros para centros emergentes começou muito antes da escalada dos conflitos entre Estados” (ARRIGHI, 2008, p. 243).

No entanto, entre 1973 e 2008, não houve exatamente um conflito entre Estados, mas sim uma tentativa frustrada, por parte dos EUA, em assumir o papel de Estado policial, criando

¹¹ “[...] 2008 financial meltdown is one of the latest indicators that this is indeed the case (SILVER; ARRIGHI, 2011, p. 55).

¹² “Put differently, we are witnessing the end of the *long twentieth century* [...]” (SILVER; ARRIGHI, 2011, p. 55-56).

¹³ Crise da Dívida na América Latina e África (década de 1980), crises cambiais do México (1994), do leste asiático (1997), da Rússia (1998), do Brasil (1999) e da Argentina (2001) (EICHENGREEN, 2011).

ser capaz de intervir cirurgicamente em qualquer parte do globo, unilateralmente e sem maiores custos. A série de ações policiais norte-americanas neste íterim de 35 anos acelerou a transferência de capital para o leste asiático e a própria deterioração da expansão financeira dos EUA (ARRIGHI, 2008).

Desta forma, reúnem-se todos os elementos de uma crise terminal ao caso de 2008, de acordo com a óptica de análise de Giovanni Arrighi:

- a) o aumento da competição interestatal pode ser reinterpretado pela tentativa nefasta dos EUA em se manter como um Estado policial;
- b) a crise do capital, embora esparsa geograficamente entre RPC e EUA, ocorreu como uma crise de subconsumo, tal como a crise terminal do CSA britânico em 1929;
- c) finalmente, o elemento da instabilidade das altas finanças esteve mais presente do que nunca desde 1973.

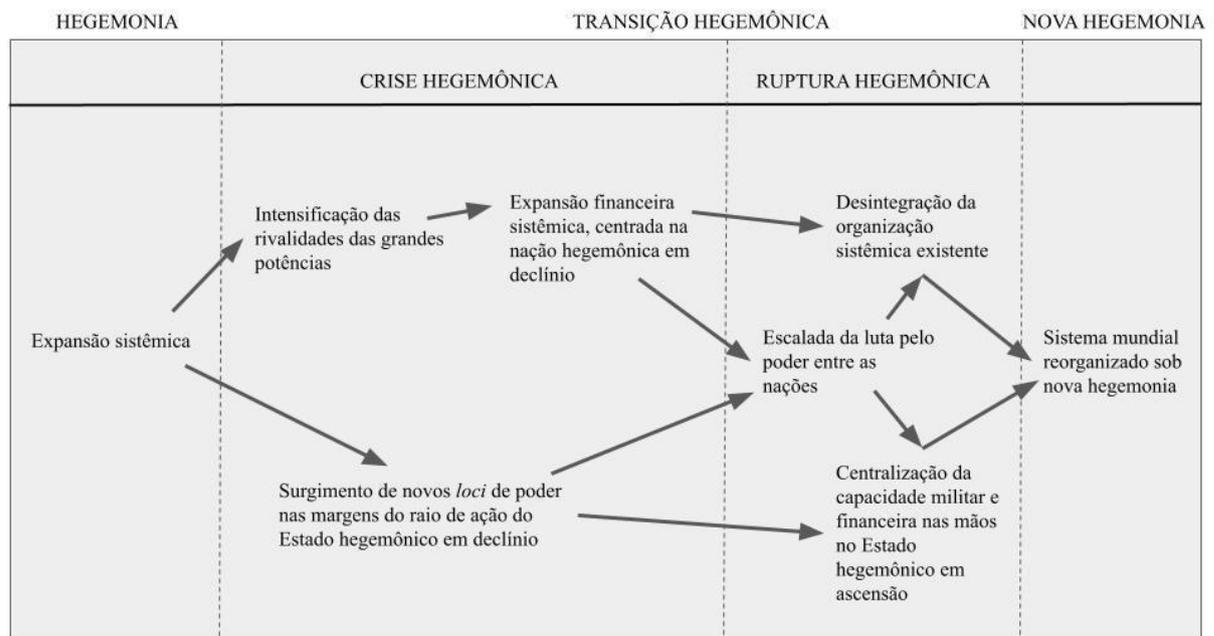
Logo, se 2008 é a crise terminal do CSA norte-americano, há consequências a serem analisadas. Primeiramente, como propõe este trabalho, não é possível haver períodos descontínuos entre um CSA e outro e, portanto, após 2008, deve haver um novo CSA. Para investigar tal questão é preciso analisar alguns elementos pós-2008 que indiquem tendências de um novo ciclo. Após a crise, a nova gestão presidencial dos EUA não fez grandes rupturas com relação à anterior e, além disso, o peso do dólar foi capaz de realizar um resgate financeiro que manteve o eixo Washington-Nova Iorque ainda como centro das finanças internacionais (STIGLITZ, 2010). Isto ocorre porque o único *locus* de poder na economia internacional capaz de suplantiar os EUA, o leste asiático, não se mostra hábil para assumir o papel das finanças junto à sua expansão material: o Japão e sua periferia têm sua soberania atrelada a Washington, entretantes a RPC não pode assumir a liderança do acúmulo de capital, uma vez que sua dinâmica social é não capitalista (ARRIGHI, 2008).

A despeito das aparências, no entanto, desde 2008, um novo CSA parece ter surgido, fruto da simbiose entre a expansão financeira interminável dos EUA e da expansão material contida da RPC (DAMAS, 2014; PETTIS, 2013). A crise de 2008 abalou todas as condições de coerção e consentimento da dominação norte-americana, forçando os EUA a negociar e ceder em um mundo cada vez mais multipolar. A dicotomia e a reciprocidade de necessidade entre EUA e RPC parece ter iniciado um CSA simbiote no Sistema-mundo, fenômeno inédito desde 1648, com a derrocada do CSA ibero-genovês (ARRIGHI, 2013). Desta forma, a seguir, analisar-se-á a possibilidade do surgimento de um CSA sino-americano a partir de 2008, dentro do cenário de mudanças e transformações no Sistema-mundo causadas pela última crise do capital.

4.2 ELEMENTOS DE UMA TRANSIÇÃO

Partindo do pressuposto que Arrighi considerava os eventos do início do século XXI a crise terminal do CSA estadunidense (ARRIGHI, 2008; SILVER; ARRIGHI, 2011), e de que não há períodos descontínuos entre um CSA e outro, um novo ciclo teria surgido após 2008, ou tal crise não seria uma crise terminal. Se 2008 for uma crise terminal, há dois pontos de análise que devem ser ponderados: não há uma hegemonia em ascensão, e há elementos para caracterizar, momentaneamente, este novo ciclo como um CSA sino-americano. Em relação ao primeiro elemento, como foi visto até aqui, hegemonias são eventos raros no Sistema-mundo. De fato, de 1453 a 2008, em 555 anos de história do Sistema-mundo, apenas 192 anos¹⁴ foram de períodos hegemônicos, ou seja, apenas 34% da história do Moderno Sistema Mundial (ARRIGHI; SILVER, 2001).

Figura 7 - Transições hegemônicas e lutas pelo poder entre as nações (reprodução)



Fonte: Arrighi *et al.* (2001, p. 75).

De acordo com a figura 7, o atual processo de transição hegemônica deve ter se interrompido entre a crise e a ruptura. Embora haja novos *loci* de poder (RPC), expansão financeira (EUA), escalada pela luta pelo poder (malogro do Estado mundial estadunidense),

¹⁴ 65 anos de hegemonia holandesa (1648-1713), 99 anos de hegemonia britânica (1815-1914) e 28 anos de hegemonia estadunidense (1945-1973) (ARRIGHI; SILVER, 2001).

não há elementos como a intensificação de rivalidades, a desintegração da ordem sistêmica e a concentração de capacidade militar em outro Estado que não o Estado decadente. Isto acontece, porque as transformações do Sistema-mundo não ocorrem por meio da disputa militar pelo poder, mas sim pelas mudanças na economia internacional. Basta ver que os “Estados Unidos, por sua vez, não tiveram necessidade de desafiar militarmente a Grã-Bretanha para consolidar seu crescente poder econômico” (ARRIGHI, 2008, p. 320).

A guerra sempre está presente nas políticas externas das grandes potências, mas não por isso o conflito militar tenha ditado as mudanças que ocorreram nos últimos 555 anos de Sistema-mundo. O conflito militar, portanto, pode coincidir em momentos de crise e transformação, mas não é uma variável *sine qua non* para transições do sistema. “Mais do que por rivalidades ideológicas ou geopolíticas, o que conta é a posição político-econômica que [os Estados] ocupam na estrutura de poder mundial” (VISENTINI, 2019, p. 10). Finalmente, um último elemento que não indica tendência para ascensão de uma nova hegemonia é a incapacidade de qualquer Estado emergente de criar consentimento, isto é, ofertar bens públicos internacionais que o Sistema-mundo demanda (VISENTINI, 2019).

Desde 2008, o bem público internacional mais demandado pelo Sistema-mundo é um novo SFI, justo porque o sistema pós-1973 é um não sistema. De 1973 a 2008, os EUA, e as demais potências capitalistas, tentaram readequar as instituições de Bretton Woods, sobretudo o FMI, ao novo padrão de taxas de câmbio flexíveis, autonomia de política monetária e livre mobilidade de capitais. Neste ínterim, em 1976 formou-se o foro informal do G7, constituído por Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido, para discutir harmonização de políticas macroeconômicas entre as maiores economias do mundo, após o colapso do Sistema de Bretton Woods. Em 1995, agregou-se ao frouxo arranjo pós-1973 a OMC, para substituir o GATT na regulação do comércio internacional. Pode-se dizer, portanto, que a tríade FMI-G7-OMC foi o que caracterizou o arranjo financeiro pós-1973 (EICHENGREEN, 2011).

Longe de ser uma instituição bem estruturada, esta tríade se mostrou um fracasso se comparada a Bretton Woods. Como visto anteriormente, de 1980 a 2008, uma miríade de economias foi afetada por crises cambiais e financeiras por causa da falta de regulação das finanças internacionais, até atingir os EUA em 2008. Ficou patente que a instabilidade financeira não era, e jamais foi, sadia para a acumulação de capital (STIGLITZ, 2010).

A partir de 2008, na tríade financeira internacional, foi substituído o G7 pelo G20, ampliando o número de Estados decisores do foro internacional para melhor harmonizar políticas macroeconômicas (EICHENGREEN, 2011). Apesar da ampliação do grupo, o novo arranjo financeiro pós-2008 (FMI-G20-OMC) não é um SFI, justamente porque é fragmentado,

multipolar e frouxo. Sendo assim, na ausência deste bem público internacional após 2008, não há qualquer sinal de uma hegemonia no Sistema-mundo.

No entanto, neste movimento de ampliação das decisões macroeconômicas da economia mundial, apesar de não representar uma transição hegemônica, parece haver a ascensão de um novo CSA, no qual as decisões dos EUA e da RPC desempenham o maior peso no Sistema-mundo (DAMAS, 2014; PETTIS, 2013). Por um lado, os EUA mantiveram o poder persuasivo do dólar após “a maior série de salvamentos [bancários] da história” (STIGLITZ, 2010, p. 56), em 2008. Mas sua credibilidade internacional ficou muito abalada na primeira década do século XXI:

Em resumo, longe de lançar as bases para um segundo século norte-americano, a ocupação do Iraque comprometeu a credibilidade do poderio militar dos Estados Unidos, reduziu ainda mais a centralidade do país e da moeda na economia política global e fortaleceu a tendência à promoção da China como alternativa à liderança norte-americana na Ásia oriental e em outras regiões. Seria difícil imaginar fracasso mais rápido e completo do projeto imperial neoconservador. Mas se a aposta do governo Bush na supremacia global tem grandes chances de entrar para a história como uma das várias “bolhas” que marcaram a crise terminal da hegemonia norte-americana, sua explosão transformou, mas não eliminou, as circunstâncias históricas mundiais que geraram o Projeto para o Novo Século Norte-Americano. Embora não sejam mais hegemônicos no sentido em que vimos usando a palavra, os Estados Unidos continuam a ser a potência militar predominante no mundo e ainda têm influência considerável no novo “equilíbrio do terror”, que une sua política econômica à dos seus concorrentes e financiadores estrangeiros (ARRIGHI, 2008, p. 219).

A decadência do poder norte-americano abriu espaço para ascensão chinesa, mas não o suficiente para sua suplantação. Neste sentido, a RPC busca formar consentimento na base da autoridade moral, e não coerção na base da hegemonia. O Estado chinês parece entender que o século XXI necessita de elementos anárquicos do Sistema Internacional e de elementos de hierarquia de um Sistema Hegemônico (VISENTINI, 2013). Como expõe Visentini (2013), as preocupações chinesas são de ordem interna:

Mas o “problema chinês” é como alcançar o desenvolvimento através da integração de 22% da população mundial aos benefícios da modernidade, sem que o sistema internacional entre em colapso. Para que ele se transforme gradualmente, a China busca evitar hegemonias, tanto a dos Estados Unidos como a sua própria, pois nesse último caso, ela poderia ter a mesma sorte que a Alemanha nas duas guerras mundiais. Não se trata de uma tarefa fácil, pois a China se move em meio à fluidez diplomática do pós-Guerra Fria e ao envelhecimento do capitalismo contemporâneo em seus centros históricos (VISENTINI, 2013, p. 114).

Todos estes elementos de anarquia no sistema, um CSA não hegemônico e uma dicotomia de poder parecem reforçar a tese de que desde 2008 há um CSA sino-americano, muito à semelhança do CSA ibero-genovês, que era, igualmente, anárquico, não hegemônico e

simbionte. Três fatores parecem corroborar esta hipótese: a “simbiose macroeconômica existente principalmente entre os Estados Unidos e a China” (DAMAS, 2014, p. 106), a especialização de funções entre ambos e a “falta de estratégias norte-americanas para a China” (ARRIGHI, 2008, p. 309).

A simbiose macroeconômica entre EUA e RPC podia ser sentida desde a década de 1980, quando a expansão financeira norte-americana investiu diretamente em todo o leste asiático e, sobretudo na RPC, em um sistema de subcontratação de redes de firmas verticalmente estruturadas, que ligava as principais praças financeiras de EUA e leste asiático, com os complexos industriais chineses e os mercados consumidores também dos EUA e do leste asiático (DAMAS, 2014; PETTIS, 2013). Incrivelmente, este arranjo produtivo é muito semelhante à expansão financeira ibero-genovesa entre 1557 e 1648. Como exposto na figura 3 da página 28, a triangulação entre norte da Itália, Antuérpia e Espanha parece ser facilmente replicável ao caso sino-americano. Em vez de ouro e prata, dólares; em vez de letras de câmbio, títulos do tesouro americano; e, em vez de *asientos*, investimentos estrangeiros diretos. Ademais à própria simbiose financeiro-industrial, foi visto que, assim como Gênova sofreu de crises com “origem na Espanha” (ARRIGHI, 2013, p. 129), os EUA viram sua crise de 2008 surgir no leste asiático (DAMAS, 2014; PETTIS, 2013).

Com relação à especialização de funções entre EUA e RPC, a função de policial internacional ainda parece ser útil à simbiose sino-americana, com os EUA incorrendo em custos de um poder imperial. Enquanto a RPC conseguir contrabalançar este poder imperial e aproveitar de seus benefícios para os investimentos chineses, este é mais um elemento do CSA sino-americano. De maneira semelhante, o CSA ibero-genovês reunia os elementos de territorialismo de um Estado-nação e os elementos de acúmulo de riqueza de uma cidade-Estado italiana. Ademais, outrossim, EUA e Grã-Bretanha realizaram parceria semelhante durante a expansão financeira britânica e a expansão material estadunidense:

[...] os Estados Unidos deram pleno apoio à inclinação britânica não apenas para manter mas para ampliar seu império colonial no mundo não europeu, em troca de uma porta aberta para as empresas norte-americanas. Durante um curto espaço de tempo [de 1919 a 1929], essa estratégia permitiu aos Estados Unidos gozar dos benefícios do poder imperial, ao mesmo tempo evitando seus custos [...] (ARRIGHI *et al.*, 2001, p. 88).

Finalmente, embora haja preocupação nos círculos políticos norte-americano quanto à ascensão chinesa, “pelos posições radicalmente contrastantes de Robert Kaplan, Henry Kissinger e James Pinkerton” (ARRIGHI, 2008, p. 292), o que parece haver, na verdade, é a

“falta de estratégias norte-americanas para a China” (ARRIGHI, 2008, p. 309). Fato este que corrobora a tese de que as transformações nas relações internacionais ocorrem mediante à economia internacional, e não via conflito militar. A guerra é um reflexo dessas transformações, porque, no mais das vezes, os Estados tendem a se acomodar para não perder poder. Assim, a guerra é a válvula de escape quando a acomodação não é possível (ARRIGHI, 2008).

Figura 8 - Padrão evolutivo do capitalismo mundial

Leading Governmental Organization	Regime Type/Cycle		Costs Internalized			
	Extensive	Intensive	Protection	Production	Transaction	Reproduction
World-state		US	Yes	Yes	Yes	No
↑		British	Yes	Yes	No	No
Nation-state		Dutch	Yes	No	No	No
↑		Geno-ese	No	No	No	No
City-state						

Fonte: Silver e Arrighi (2011, p. 61).

Além disso, de acordo com a figura 8, Silver e Arrighi (2011) sumarizam o padrão evolucionário dos CSAs e suas mudanças. Como visto neste trabalho, cada ciclo internalizou custos que o CSA anterior não pôde internalizar, tais como custos de proteção, produção e transação. Algo a se notar na figura é o malogro em internalizar os custos de reprodução, isto é, a capacidade de acumular capital sem desapropriar terras e proletarizar a população, algo típico do capitalismo. Este custo, no entanto, a RPC soube internalizar ao realizar as reformas agrárias da década de 1980 (ARRIGHI, 2008), destacando a possível guinada para um novo CSA com internalização dos custos de reprodução. Outro elemento de destaque na figura 8 é o aumento de tamanho do modelo de unidade política de cada ciclo, sempre aumentando em termos territoriais, passando de cidade-Estado para Estado-nação e, finalmente, para um possível Estado-mundial, passagens estas que tiveram um caráter pendular em seus regimes de acumulação, entre extensivos e intensivos (SILVER; ARRIGHI, 2011).

Neste sentido de modelo de unidade política e de regimes de acumulação, há mais uma consequência desta dicotomia digna de análise: a configuração multipolar pós-2008 no Sistema-mundo e a ampliação do núcleo orgânico do capitalismo, sem, ao mesmo tempo, aumentar as rivalidades militares interestatais. Esta ampliação do núcleo orgânico pós-2008 parece corroborar o caráter extensivo deste novo CSA, aproximando-se de um Estado-mundial, ou seja, de uma governança interestatal. Neste aspecto, há “dois níveis de clivagens internacionais, não exatamente superpostas: um político e outro econômico, que denotariam uma assincronia entre a estrutura de poder político e a de poder econômico” (VISENTINI, 2019, p. 21).

Figura 9 - Eixos do poder mundial



Fonte: Visentini (2019, p. 23).

Na figura 9, há quatro eixos de poder no escopo da economia internacional, nos quais pode-se desmembrar o núcleo orgânico do capitalismo e as cadeias de valor do Sistema-mundo pós-2008. Neste aspecto, o núcleo orgânico pode ser desmembrado em três eixos: “no eixo militar-rentista anglo-saxão: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e, tangencialmente, Israel” (VISENTINI, 2019, p. 10), no “eixo industrial desenvolvido da União Europeia, Japão e Tigres Asiáticos” (VISENTINI, 2019, p. 11) e “no eixo industrial heterodoxo emergente, integrado pelas grandes nações do BRICS, especialmente a China e a Rússia [...]” (VISENTINI, 2019, p. 11). Estes três eixos aglutinam os integrantes do G20, o maior legado pós-2008 para o Sistema-mundo, em outras palavras, a ampliação do núcleo orgânico do capitalismo é a confirmação de um sistema internacional multipolar (SILVER; ARRIGHI, 2011).

Assim, além do novo CSA sino-americano, 2008 lega ao Sistema-mundo a incontroversa multipolaridade, a qual, não acarreta tensões internacionais que tendem ao conflito armado. Desta forma, a criação do foro do G20 é o “reconhecimento parcial do fato de que um projeto de Estado-mundial que é dominado pelo Ocidente (por exemplo, baseado principalmente em uma aliança entre os EUA e a Europa Ocidental) não é mais um projeto político viável” (SILVER; ARRIGHI, 2011, p. 64, tradução nossa)¹⁵.

A expansão do G7 para o G20 no contexto internacional pós-2008 é a confirmação do resultado da Guerra Fria na periferia e na semiperiferia do Sistema-mundo: a promessa do desenvolvimento. Desta maneira, o G20, para Silver e Arrighi, confirma o projeto de governança macroeconômica mundial, em um Sistema-mundo mais equilibrado, à semelhança de um Estado-mundial. Assim, seguindo a lógica da figura 8, este CSA sino-americano teria um regime de acumulação extensivo, baseado em império cosmopolita de redes de firmas espalhadas geograficamente, na mesma trajetória dos ciclos ibero-genovês e britânico (SILVER; ARRIGHI, 2011). De fato, como visto na análise deste trabalho, a organização produtiva do leste asiático se baseia em uma rede de firmas subcontratadas, verticalmente estruturadas e geograficamente esparsas (ARRIGHI, 2008).

Ademais, o não aumento das tensões militares internacionais neste novo ciclo ocorre por uma herança do CSA estadunidense. Neste sentido, para Arrighi:

[...], o renascimento [do Leste da Ásia] associou-se a uma diferenciação estrutural do poder, na região, que deixou os Estados Unidos controlando a maioria dos canhões, o Japão e os chineses de além-mar controlando a maior parte do dinheiro, e a República Popular da China controlando a maior parte da mão-de-obra. Essa diferenciação estrutural - que não tem precedentes nas transições hegemônicas anteriores - torna extremamente improvável que qualquer Estado isolado que atue na região, inclusive os Estados Unidos, venha a adquirir a capacidade necessária para se tornar hegemônico em termos regionais e globais. Somente uma pluralidade de nações, agindo de comum acordo, terá alguma possibilidade de desenvolver uma nova ordem mundial. É bem possível que essa pluralidade inclua os Estados Unidos e, seja como for, a política norte-americana referente a essa região continuará a ser importante para determinar se, quando e como a nova ordem mundial de base regional irá realmente emergir (ARRIGHI; AHMAD; SHIH, 2001, p. 278).

Neste âmbito multipolar, os eixos de poder têm diferenças internas em suas funções na cadeia global de valor. Por um lado, EUA e Grã-Bretanha, que já passaram por expansões financeiras, ainda mantêm funções importantes nas compensações financeiras internacionais e nos custos imperiais. A União Europeia e o leste asiático (com exceção da RPC), por outro lado,

¹⁵ “[...] a partial recognition of the fact that a world-state project that is Western and Northern-dominated (e.g., primarily based on an alliance between the United States and western Europe) is no longer a feasible political project” (SILVER; ARRIGHI, 2011, p. 64).

desempenham as funções industriais de oferta de bens e serviços, mas suas expansões materiais já se encontram em um estado amadurecido. Enfim, dentro do eixo industrial heterodoxo emergente, a RPC, certamente, representa o maior dinamismo industrial da economia mundial após a crise de 2008 (VISENTINI, 2019). Em síntese, o “eixo anglo-saxão possui uma economia pós-industrial (finanças, tecnologia, serviços) que é mais administrativa (equilibrar orçamento), enquanto o eixo desenvolvido e o eixo emergente são produtivos (produtores de mercadorias)” (VISENTINI, 2019, p. 22).

Este cenário multipolar do CSA sino-americano parece ser duradouro, uma vez que o objetivo do eixo emergente, único capaz de confrontar militarmente o poderio norte-americano, “é evitar um conflito armado de dimensões globais e manter seu desenvolvimento econômico” (VISENTINI, 2019, p. 14), acomodando-se à nova ordem político-econômico pós-2008. “[S]e por um lado, na condição de Estados nacionais, os emergentes reclamam por uma fatia de poder compatível com seu crescente peso econômico, por outro, eles se encontram associados às grandes nações já desenvolvidas ou pós-industriais” (VISENTINI, 2019, p. 21). Assim, qualquer disputa diplomática entre a RPC e os EUA, neste cenário, “parece conter elementos de renegociação do ‘pacto’ econômico entre ambos” (VISENTINI, 2019, p. 21).

Portanto, diante do exposto em todo este trabalho, parece razoável dizer que a Crise de 2008 inaugura uma nova fase no Moderno Sistema Mundial que pode ser sumarizada em:

- a) um ciclo dicotômico sino-americano de acumulação;
- b) um período não hegemônico do Sistema-mundo;
- c) o aumento da multipolaridade sem aumento das tensões militares internacionais.

Esta nova ordem internacional, por não romper com a anterior, surge e se desenvolve nos escombros do CSA hegemônico dos EUA, mantendo e utilizando-se de antigas instituições internacionais, sobretudo a ONU e o FMI. Assim, “[...] nada parece lograr uma atualização da estrutura das Nações Unidas [...]” (VISENTINI, 2019, p. 23). Mas, certamente, este novo ciclo, para Giovanni Arrighi, inaugura uma “[...] maior igualdade e respeito mútuo entre os povos de ascendência europeia ou não que [Adam] Smith previu e defendeu há 230 anos” (ARRIGHI, 2008, p. 383).

5 CONCLUSÃO

“Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes” (MARX, 2011, p. 25). O excerto anterior ilustra, de maneira lúdica, como o estudo da história e a análise por padrões e comparações podem ser úteis para identificar tendências subjacentes à maioria dos processos sociais. Sendo as RI uma ciência social aplicada, a teoria de RI deve buscar padrões na história que, porventura, não aconteçam necessariamente apenas duas vezes, mas pelo menos, mais de uma. Como põe Arrighi:

[...] para ser útil, a teoria das relações entre grandes potências dominantes e emergentes precisa atender a pelo menos duas exigências: tem de se basear nas experiências históricas mais concernentes ao problema estudado e precisa prever a possibilidade do rompimento com as tendências subjacentes (ARRIGHI, 2008, p. 318).

Neste intuito, como objetivos cumpridos neste trabalho, realizou-se um esforço de revisão bibliográfica do conceito das transições dos ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi na área de RI, a fim de construir uma ferramenta de análise ao caso concreto da crise de 2008. Esta pesquisa, desta forma, se inicia realizando uma retrospectiva histórica desde o século XV com o CSA ibero-genovês, no qual houve o desenvolvimento inicial da **acumulação primitiva de capital**. De 1453 a 1648, o CSA ibero-genovês não desenvolveu uma hegemonia, mas legou importantes contribuições ao Sistema-mundo, tais como o início das relações bilaterais, a diplomacia moderna e o começo da superação do Sistema Papal de RI. No decorrer do CSA ibero-genovês, foram analisadas suas crises sinalizadora (1557) e terminal (1648), demonstrando as tendências subjacentes de tais crises na esteira das expansões material (1453-1557) e financeira (1557-1648) deste ciclo, como o aumento da disputa interestatal pelo poder, a instabilidade das finanças internacionais e um componente circunstancial, não atrelado à esfera da produção.

Da expansão financeira anterior, surge o subsídio para a expansão material de um novo ciclo e, assim, de 1648 a 1784, desenvolve-se o CSA holandês, o qual logrou desenvolver uma hegemonia (1648-1713), baseada em coerção e consenso. A característica do consentimento foi essencial para o surgimento da primeira hegemonia do Sistema-mundo, com as Províncias Unidas ofertando bens públicos internacionais que poderiam ser gozados por todo o concerto de Estados, tais como a balança de poder, o direito internacional e as redes holandesas de

comércio e fretes. Novamente, foram analisadas as crises sinalizadora (1740) e terminal (1784) do ciclo holandês, chegando-se a tendências e causas semelhantes às crises passadas.

Em seguida, supera-se a fase da **acumulação primitiva de capital**, para adentrar aos ciclos do **capitalismo maduro**, os quais desenvolveram as hegemonias britânica (1815-1914) e estadunidense (1945-1973). Nestes ciclos desta nova fase, as crises sinalizadora e terminal de cada CSA ganham contornos mais capitalistas, com estas crises coincidindo com momentos de superprodução da economia mundial, sejam estas crises de compressão dos lucros ou de subconsumo. Desta forma, as crises sinalizadoras do CSA britânico (1873) e estadunidense (1973) apresentavam características semelhantes, tais como o aumento da disputa interestatal pelo poder, a instabilidade das finanças internacionais e a tendência declinante da taxa média de lucro, seguida de um longo período de retração (geralmente duas décadas). Entrementes, a crise terminal do CSA britânico (1929) tem as mesmas duas primeiras causas das demais crises do **capitalismo maduro**, enquanto que sua terceira causa é, na verdade, a desproporção de produção, seguida de queda geral da oferta e subconsumo.

Não obstante, por se tratarem de hegemonias capitalistas, a Grã-Bretanha e os EUA, além de altas capacidades de coerção, ofertaram bens públicos internacionais que auxiliaram na acumulação de capital em escala global, sobretudo, de um SFI hierarquizado. Enquanto que a crise hegemônica holandesa se deveu pela falta de coerção, ambas as crises hegemônicas britânica e estadunidense se deveram pela falta de consenso, após seus SFIs terem colapsado.

Finalmente, após a crise sinalizadora, e hegemônica, dos EUA, em 1973, iniciam-se dois processos que levaram à Crise de 2008: a expansão financeira norte-americana e a expansão material do leste asiático. As duas pontas do processo foram reunidas no capítulo final da monografia ao demonstrar que a Crise de 2008 guarda semelhanças com a crise terminal do CSA britânico:

- a) o aumento da disputa pelo poder internacional;
- b) a instabilidade das finanças internacionais;
- c) a desproporção de produção, seguida de queda geral da oferta e subconsumo.

Infere-se, assim, pela metodologia descritivo-analítica empregada neste trabalho, que as hipóteses levantadas responderam satisfatoriamente à pergunta de pesquisa. Pegando emprestado o problema de pesquisa de Arrighi (2013), a crise de 2008 pode ser considerada “a crise terminal do regime de acumulação norte-americano”, concluindo-se, logo, que inaugura-se um novo ciclo dicotômico entre EUA e República Popular da China (RPC) após 2008: o CSA sino-americano. Este ciclo é não hegemônico, por não conseguir ofertar um novo SFI ordenado e se acomodar a antigas instituições, e, ademais, guarda muitas semelhanças com o

primeiro CSA do Sistema-mundo: o ibero-genovês. Foi possível chegar a tal conclusão ulterior às contribuições de Arrighi, por meio de revisão bibliográfica de autores que puderam analisar as causas e impactos pós-2008 no sistema internacional. Tal conclusão não é óbvia, haja vista que:

[...] os paradigmas explicativos e a realidade internacional se tornaram fluídos com o encerramento da Guerra Fria. Assim, o que já era complicado numa fase de liderança reconhecida e de hegemonia, no quadro de uma fase de transição pode ser ainda mais complexo e incerto (VISENTINI, 2019, p. 10).

Apesar do cumprimento satisfatório dos objetivos e do problema deste trabalho, esta monografia é, outrossim, apenas uma contribuição ao estudo da teoria de RI e da Economia Política Internacional. Nada aqui foi argumentado sem basear-se em bibliografia especializada e/ou dados empíricos, fato que, ainda assim, não torna este trabalho intangível a críticas, revisões, sugestões, contribuições ou, até mesmo, superação. Imbuído da honestidade e da humildade científicas, espera-se que este trabalho seja uma contribuição profícua para a ciência e a pesquisa no Brasil, justificando, desta forma, o esforço e a dedicação de estudos tais como este.

6 REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Janet. **Before European Hegemony: The World System A.D. 1250–1350**. New York: Oxford University Press, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century: Money, Power and Origins of Our Times**. London: Verso Books, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. Introdução. *In*: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2001. p. 11-46.
- ARRIGHI, Giovanni *et al.* Geopolítica e altas finanças. *In*: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. (org.). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2001. p. 47-106.
- ARRIGHI, Giovanni; AHMAD, Iftikhar; SHIH, Miin-wen. As hegemônias ocidentais em perspectiva histórica mundial. *In*: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2001. p. 227-280.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BOYER-XAMBEAU, Marie-Thérèse; DELEPLACE, Ghislain; GILLARD, Lucien. **Banchieri e Principi** : Moneta e Credito nell'Europa del Cinquecento. Turim: Einaudi, 1991.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo, Martins Fontes. v. 3, O tempo do mundo, 1998.
- CORAZZA, Gentil. Dinheiro, instabilidade e gestão monetária: de Minsky a Marx. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 15, p. 111-131, 1994.
- DAMAS, Roberto Dumas. **Economia chinesa: transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China**. São Paulo: Saint Paul, 2014.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1985.
- EICHENGREEN, Barry. **Privilégio exorbitante: A ascensão e a queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2011.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GAZIER, Bernard. **A crise de 1929**. Porto Alegre: L&PM, 2019.
- HARVEY, David. Giovanni Arrighi obituary. **The Guardian**, London, 8 out. 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/education/2009/oct/08/giovanni-arrighi-obituary>. Acesso em: 17 mar. 2021.

- HERÁCLITO. **Heráclito**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores).
- HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**, 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- KENNEDY, Paul M. **The rise and fall of the great power: economic change and military conflict from 1500 to 2000**. London: Unwin Hyman, 1988.
- KNAFOU, Rémy; ZANGHELLINI, Valéry. **Histoire. Géographie**. Paris: Belin, 1992.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- PETTIS, Michael. **The great rebalancing : trade, conflict, and the perilous road ahead for the world economy**. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- PURDY, Sean. O Século Americano. In: KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- SILVER, Beverly J.; ARRIGHI, Giovanni. The End of the Long Twentieth Century. *In*: CALHOUN, Craig; DERLUGUIAN, Georgi (org). **Business as usual : the roots of the global financial meltdown**. New York: New York University Press, 2011. (Possible futures series; v. 1).
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- STIGLITZ, Joseph E. **O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios da economia política marxista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v.8, n.15, p. 9-25, jan./jun. 2019.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta books, 2015.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes. O enigma da “economia socialista de mercado” (1979-2012). In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes *et al.* **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. p. 113-126.

VIZENTINI, Paulo G. F. Bases históricas da crise mundial. *In*: VIZENTINI, Paulo G. F. (org.). **A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 11-30.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2005.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.